



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2019 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

Acta nº 5/2019

Aprovada em 29/06/2020

No dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e dezanove teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a 5ª sessão ordinária de 2019, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### I – ABERTURA

**Informações do Presidente.**

#### II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Intervenções dos Deputados Municipais.**

#### III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

##### 1. Intervenção do Presidente da Câmara;

- Grupos Políticos

##### 2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;

- Delegação de competências municipais nas Uniãos e Juntas de Freguesia, através dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos;
- Mapa de Pessoal para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;
- Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LPCA);

##### 3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

- Mapa de Pessoal para 2020;

##### 4. Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) “Coimbra Santa Clara”, nos termos previstos no artº 13º, do R.J.R.U. – Dec-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro;

##### 5. Correção da deliberação da Câmara Municipal nº 1284/2019, Derrama do ano de 2019, a liquidar e cobrar em 2020;

##### 6. Revisão trienal do zonamento e coeficientes de localização – deliberação nos termos da al. d), do nº 1, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sobre proposta aprovada pela Câmara, em 11 de novembro de 2019;

##### 7. Autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais, nos termos da al. p), do nº1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

- Estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Parque Verde do Mondego;
- Estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Mercado Municipal D. Pedro V;

##### 8. Contrato interadministrativo para delegação de competências de linhas municipais – Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;

##### 9. Contrato interadministrativo de delegação de competências 2018 a 2021 – Alteração do valor da obra “Construção de muro e alargamento da via na Rua Fonte da Lapa – Casconha – Cernache;

##### 10. Autorização à Câmara para adquirir o prédio urbano sítio no Largo do Poço, nºs 1 e 3, em Coimbra;

##### 11. Procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia de 2º e 3º graus, nos termos do nº 1, do Artigo 13.º, da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto;

##### 12. Desvinculação da participação do Município de Coimbra da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

13. **Desafecção de uma parcela de terreno do domínio público municipal** nos termos da al. q) do nº1 do Artº 25º da Lei nº 75º/2013, de 12 de setembro - **Quinta da Bica - Banhos Secos – Santa Clara;**
14. **Liquidação da Sociedade “WRC - Web para a Região Centro, ADR. EIM, SA” - Conhecimento;**
15. **Posição económica e financeira dos SMTUC em 30/06/2019 - Parecer do auditor externo - Conhecimento;**
16. **Relatório Económico-financeiro da Águas de Coimbra, E.M. - 2019 -1º Semestre - Conhecimento;**
17. **Fiscal Único da Águas de Coimbra, E.M - Conhecimento.**
18. **Proposta de Geminação/Coimbra – Narni, Itália;**
19. **Concessão do uso privativo do domínio público do Município de Coimbra para instalação do mobiliário urbano – Rectificação das peças do procedimento.**
20. **Projecto das actas: nº 1/2019 de 31/01/2019, (extraordinária); nº 1 de 27/03/2019 e nº 2 de 29/04/2019.**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

#### *Eleitos directos*

Luís Marinho, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Vítor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia e José Dias.

**Presidentes de Junta de Freguesia:** Arménio Ferraz, Bruno Fonseca, Fernando Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, Horácio Costa e Joaquim Pereira.

### **Grupo Municipal (PPD/PSD):**

#### *Eleitos directos*

Nuno Freitas, José Rodeiro, Carolina Patrício João Parreira e Manuela Oliveira.

**Presidentes de Junta de Freguesia:** Francisco Andrade, António Teodoro, José Simão e João Campos.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

#### *Eleitos directos*

Manuel Rocha, Filipa Malva, Victor Carvalho e Isabel Melo.

**Presidentes de Juntas de Freguesia:** Vera Martinho e Adelino Vilão.

### **Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):**

#### *Eleitos directos*

Filomena Girão, José Albino, Lara Martins, Daniela Sequeira e Ana Figueiredo.

**Presidente de Junta de Freguesia:** Rui Soares.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

#### *Eleitos directos*

Helena Mendes, Tiago Mariz e Pedro Filipe.

### **Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):**

#### *Eleitos directos*

Serafim Duarte e Anabela Azul.

### **Deputado Municipal do PPM**

António Cabral Oliveira



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Deputado Municipal do PMPT**

Rui Campos

### **Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado e do Vice-Presidente Carlos Cidade, estiveram presentes os Vereadores, Regina Bento, Carina Gomes, Madalena Abreu José Silva, Ana Silva e Francisco Queirós.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

**O Presidente da Assembleia** iniciou a sessão quando eram catorze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

Deputado municipal **Ferreira da Silva**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.

Deputado municipal **João Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.

Deputado municipal **António Coelho**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Bruno Fonseca**.

### **Grupo Municipal (PPD/PSD):**

Deputada municipal **Paula Alves**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **João Parreira**.

Deputado municipal **Rui Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Manuela Oliveira**.

### **Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):**

Deputado municipal **Carlos Silva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Lara Martins**.

Deputado municipal **João Aldeia**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Ana Figueiredo**.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Deputado municipal **Pinto Ângelo**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**;

Deputado municipal **Jorge Mendes**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Adelino Vilão**.

Deputado municipal **António Lopes**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Vera Martinho**.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

Deputada municipal **Lúcia Santos**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Tiago Mariz**.

### **Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):**

Deputada municipal **Graça Simões**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Anabela Azul**.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

**O Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

### I – ABERTURA

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Começou por desejar a todos os presentes votos de Boas Festas;
- Deu nota que a Mesa tinha recebido uma Moção da bancada do PSD, sobre a “*Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra - APPACDM - 50 ANOS AO SERVIÇO DE COIMBRA*”, que tinha sido distribuída por todos os Líderes;
- Esclareceu os pontos da “*Ordem de Trabalhos*”, e propôs que se estivessem de acordo e dada a extensão da mesma fossem debatidos em conjunto, os pontos 2 e 3; os pontos 8 e 9 e 15 e 16, havendo consenso, colocou-a de imediato à votação e, tendo sido aprovado, por unanimidade, declarou aberta a sessão.

### II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### **Intervenções dos Deputados Municipais**

#### **Intervenção da deputada municipal Anabela Azul (CpC):** [\(áudio 05:37 a 10:37 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que saudavam a constituição de um grupo de trabalho municipal de defesa e adaptação às alterações climáticas, porque a boa organização local, era importante quando se tratava de pensar globalmente uma questão concreta, destacando, que um plano de ação climática, do local para o global, interdisciplinar, com vista a adaptação, defesa e resiliência face aos eventos meteorológicos extremos, requeria e obrigaria a rever regulamentos e práticas, a reelaborar e a executar muitos outros planos municipais, tais como: A Carta de Riscos que era a mais evidente ; a reconversão das zonas inundáveis, contrariando as impermeabilizações que acrescentavam caudais, das canalizações de cursos de água, que não os continham; a limpeza de rios e ribeiras; a arborização e limpeza das encostas devastadas pelos incêndios que se mantinham ano após ano com as lenhas acumuladas, vulneráveis à expansão de plantas invasoras, ou que eram eucaliptadas;
- Mais informou que, era determinante o apoio às freguesias no imediato, sobretudo as mais rurais, e não apenas numa lógica de emergência, mas antes de tudo, com políticas consistentes de prevenção, que agregassem as comunidades em torno do interesse comum, apoiadas pelas suas autarquias, que poderiam disponibilizar os equipamentos coletivos, como máquinas de limpeza ou destroçadores, ou apoio técnico especializado, exemplificando: Os regulamentos urbanísticos tinham que mudar e assumir-se como instrumentos de políticas concretas; A reabilitação de edifícios não era uma boa política apenas por tornar mais bonitas as ruas e praças das povoações, era-o também por poupar o espaço de natureza, reaproveitar recursos já existentes, e num plano de climática era preciso inscrever incentivos à reconstrução e impor condicionalismos à dispersão pelo território de novas construções; Na política de promoção do transporte público, podia e devia-se fazer muito mais, ver aquilo refletido no plano e orçamento dos SMTUC e no plano de transportes em geral, com mais parques periféricos, com a ECOVIA, com a nova gare BUS ao lado da nova estação ferroviária, promover o transporte individual em bicicleta, porque não basta contratar empresas de trotinetas e lançá-las pela cidade numa lógica de recreio era preciso criar condições urbanísticas, numa rede racional e utilitária de percursos facilitados que respeitem e valorizem estas opções; política de resíduos onde tudo estava quase por fazer; as árvores, os espaços verdes, as hortas urbanas, os corredores verdes, resumidamente, o parque verde urbano, num abraço à gestão integrada dos recursos naturais e à conservação da biodiversidade no espaço urbano e periurbano;
- Informou que tinha sido assumido por aquela Assembleia Municipal, o compromisso de exigir da Câmara Municipal a prestação de contas quanto ao cumprimento de um plano de arborização da cidade, mas, daquele plano, que concediam que existia, não conheciam até ao momento, no que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

consistia e, questionados diretamente e pessoalmente os serviços municipais e o vereador responsável, apenas tinham constatado a previsão de pequenos apontamentos em algumas ruas da cidade.

- Disse que, continuavam a insistir com algumas ações junto de moradores de zonas mais críticas ou carenciadas e percebiam, com muito agrado, a disponibilidade das pessoas para aderir àquela causa, como era o caso da Conchada, da encosta da Quinta das Flores, da Avenida Elísio de Moura, das ruas envolventes do José Falcão, lembrando no entanto que, apenas tinham registado uma reação positiva dos serviços camarários, mas com concretização parcial, na Conchada, concluindo que daquele processo, se retinha que nada de significativo tinha mudado;
- Terminou afirmando que, deveria haver uma articulação de Coimbra na “*Agenda 2030*” para o desenvolvimento sustentável, em torno de cinco áreas temáticas, identificadas como “5p”, pessoas, Planeta, prosperidade, paz e parceria, exigindo a identificação de metas locais, com concretizações consistentes e efetivas, medidas por indicadores adequados à realidade local, e em alinhamento com as agendas nacional e global de desenvolvimento.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT):** [\(áudio 10:57 a 13:50 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que em 2016, o Ministro do Ambiente tinha declarado após as cheias de Coimbra “*Isto não pode voltar a acontecer*”. Em Agosto de 2017, António Costa publicava na sua conta de tweeter: “*trabalhamos para prevenir as cheias do inverno*”.
- Em Coimbra, em 2017, tinha tido início as obras de “*Desassoreamento da Albufeira do Açude-Ponte em Coimbra*”, uma empreitada de valor global de 4.031.139,59€, onde de tinham dragados mais de 700 mil m<sup>3</sup> de sedimentos, numa extensão de 3,5 Km para depois os depositar a jusante da Ponte Açude;
- Mais informou que, em 1 de Março 2018, naquela Assembleia tinha alertado para os perigos da forma irresponsável como estava a ser feito o desassoreamento, à bruta, a conta-relógio, sem adequada monitorização ambiental e sem olhar a consequências;
- Disse que para além do MPT, também a Quercus, associação ambientalista, em Julho de 2018, tinha considerado aquelas obras um absurdo e alertou para o risco de cheias e em Dezembro de 2019, o inevitável, o previsível e há muito esperado tinha acontecido a jusante do Ponte Açude, aquelas obras com deposição de sedimentos num troço de rio já assoreado contribuíram decisivamente para a dimensão das cheias em Montemor-o-Velho e por isso podiam dizer que, a APA, o Governo e o Executivo Camarário tinham as mãos sujas da lama de Montemor.
- Terminou dizendo que se enfrentavam dois grandes desafios: as alterações climáticas e a falta de planeamento e ordenamento do território e aqueles problemas, pela sua dimensão, não se podiam resolver com uma postura de egoísmo bairrista do “*eu estou bem e quem estiver a jusante que se lixe*.”, era preciso compreender e respeitar a Natureza e saber respeitar os nossos vizinhos.

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):** [\(áudio 14:38 a 19:20 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que naquele final de ano e de década e, porque se estava em tempos de balanços, importava sublinhar duas notas a propósito da cultura: Na área da cultura em Coimbra, orçamentada e prevista para 2019/2020, o objetivo “04 - *Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento*” representava 5,16% do orçamento global da Câmara Municipal, tendo aumentado em valores absolutos. Mas, tão importante como aquele aumento global, era perceber que ele se devia ao reforço de duas áreas estratégicas para a política cultural do Município para os próximos anos: 1) - O Apoio ao Associativismo Cultural, dotado com 1.129.722,00 € e a Candidatura de “*Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027*”, dotada com 1.000.000,00 €, reiterando que, até ao momento, no ano de 2019, tinham sido atribuídos apoios ao associativismo cultural no montante de 1.060.000,00 €, no ano 2018, tinham sido atribuídos apoios no valor de 955.000,00€ e, em 2017, no montante global de 820.450,00€, assim, a dotação inscrita para apoiar os agentes culturais de Coimbra em 2020, era de 1.129.722,00 €, superior a todos os valores que lhes tinham sido atribuídos nos últimos três anos e muito superior, ao apoio atribuído em 2013. A dotação da candidatura de “*Coimbra a Capital Europeia da Cultura*” tinha sido reforçada, passando para o dobro do valor inscrito em 2019, recordando que, tinha sido o Executivo do Partido Socialista, que tinha dado o primeiro impulso para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aquela candidatura, que tinha convidado um Grupo de Trabalho, que tinha feito a ligação com os outros Municípios da Região de Coimbra, do mesmo modo que era aquele Executivo Socialista que estava a criar e a garantir as condições necessárias à preparação da candidatura; 2)- A programação de Natal e Fim de Ano em 2019, destacando que, só quando o Executivo do Partido Socialista tinha entrado em funções, em 2013, é que Coimbra tinha passado a ter uma grande festa de Fim de Ano, de acesso gratuito, terminando com a realização do habitual Concerto de Ano Novo, pela Orquestra Clássica do Centro, no dia 5 de Janeiro, no Salão Nobre dos Paços do Município, importando, num investimento municipal, naqueles 37 dias de programação, o valor de 526.542,76 € sendo que, as maiores diferenças entre os anos de 2018 e de 2019 era: Na animação de Natal: festa de inauguração da iluminação, a 1 de Dezembro, com a Phartuna e Bárbara Tinoco; no investimento no Terreiro da Erva, com a Pista de Gelo Natural, Carrossel Parisiense e Árvore de Natal interativa; Na promoção, incluindo reforço nos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais; Na iluminação festiva, que abrangia novos locais, como toda a Av. Sá da Bandeira e a fachada da Câmara Municipal; Na logística do Fim de Ano, sobretudo em segurança e policiamento, na melhoria de acessos em locais da cidade.

→ Terminou afirmando que, aquelas apostas se mantinham com o excelente número de actuações previstas e eram visíveis nos espaços urbanos embelezados, com as iluminações particularmente bonitas daquele ano, por isso, Coimbra sabia reinventar-se cultural e criativamente.

### **Intervenção do deputado municipal Adelino Vilão (CDU):** ([áudio 19:44 a 24:29 minutos – 1ª gravação](#))

→ Pediu permissão para relatar algumas considerações que se tinham passado no fim de semana anterior na zona ribeirinha do Baixo Mondego, pedindo que todos tomassem nota para que aquelas coisas não se voltassem a repetir, nomeadamente: o seu repúdio com veemência, em nome das pessoas que tinham sido atingidas pelas declarações do Ministro do Ambiente, relativamente às pessoas afectadas da área do Baixo Mondego, certamente aquele não tinha conhecimento da área atingida porque, se se tivessem de evacuar as pessoas da Ribeira de Frades até ao Eireira, passando por Pereira, Ameal, Formoselha, Arzila e Granja do Ulmeiro, também teria que se arrancar a linha do norte, pois tinha estado submersa durante dois dias; no dia em que a obra do desassoreamento da bacia do Mondego tinha sido dito na reunião efectuada nos SMTUC, que o que iria acontecer no passado fim de semana era o que realmente tinha acontecido;

→ Terminou dirigindo-se ao Presidente da Câmara pedindo-lhe que, tomasse nota sobre a obra da Freguesia de Pereira, junto, ao Paul do Mondego onde tinham sido feitas umas comportas, muito bem, automáticas, que quando o rio tinha caudal a mais não permitia a inundação do mesmo, mas não tinham capacidade para comportar a água como as das últimas cheias, sugerindo como solução a elevação daquela via, em cerca de 1m e, assim ficar-se-ia com uma via rápida até à Ponte do Paço evitando novas cheias.

### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC):** ([áudio 25:00 a 33:11 minutos – 1ª gravação](#))

→ Informou que a Constituição da República Portuguesa, a lei essencial, consagrava o direito de oposição nas autarquias locais, afirmando que, o Estatuto da Oposição dizia que a “*Oposição é a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais*”, bem como do mesmo diploma decorria que o direito de oposição nas autarquias locais se efectivava com a realização de vários direitos, dos quais destacou: Direito à informação; Direito de consulta prévia; Direito de participação; Relatórios de avaliação;

→ Dito o exposto informou que, importava garantir a todos os membros de todos os órgãos autárquicos, em particular aos membros da “*oposição*”, as condições mínimas adequadas ao bom exercício das suas funções mas, para que pudessem dizer que se vivia numa democracia plena, mais importante ainda do que as condições físicas, era seguramente não esquecer que, todos os eleitos eram representantes do povo, dos munícipes e que por isso, deveriam ter condições para ser a voz daqueles que representavam, era não ser ouvida pelo Executivo, apesar de em democracia qualquer partido que tivesse ganho as eleições deveria governar em diálogo franco e construtivo com a oposição porque quando o Executivo não ouvia a oposição, a sua mensagem era muito clara: aquele executivo não queria saber daquilo que os munícipes que não tinham votado no Partido Socialista queriam, não queria saber das suas preocupações ou desejos, dando como exemplo: Eleições de Outubro de 2017



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que, dos 127.834 eleitores inscritos no concelho de Coimbra, só tinham votado 68.330 dos eleitores inscritos, que tinham ido às urnas, só 24.232 tinham votado no Partido Socialista, lista encabeçada pelo Dr. Manuel Machado e, mesmo que lhes juntassem os 5.670 votantes no PCP, restavam dos votantes, 38.428 munícipes de Coimbra, que tinham ido às urnas dizer que não queriam aquela solução de governação para Coimbra, que não queriam aquele Executivo;

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara, afirmando que, o que Somos Coimbra gostaria de receber daquele Executivo, era respeito, respeito pelos munícipes que representavam, com a consideração e a discussão das suas propostas, porque assim era em democracia, informando os presentes que, nos últimos 2 anos, o Somos Coimbra tinha enviado 87 emails, sobre assuntos da Câmara e nenhum tinha merecido resposta, nem nunca aquelas sugestões, pedidos ou queixas, foram objecto de discussão naquele órgão, antes merecendo, na maioria das situações, uma atitude de marcado desdém e escárnio absolutamente incompatível com uma vivência democrática saudável;
- Disse que, por aqueles motivos, elencava apenas alguns exemplos de assuntos cuja discussão tinham proposto: Pedido para que a reunião extraordinária da Câmara - a reunião anual mais importante, onde se discutiam as GOP e o Orçamento, fosse aberta ao público; Pedido de lista e utilização dos bens imóveis do Município; Agendamento do tema “*Certificação Externa de Qualidade da Câmara Municipal de Coimbra*”; Pedidos de autorização para reuniões com o Comandante dos Bombeiros Sapadores de Coimbra e com o Coordenador do Convento de São Francisco; Agendamento de discussão de uma “*tomada de Posição*” sobre o estabelecimento prisional de Coimbra; Agendamento de um debate, em reunião extraordinária da Câmara, com audição de especialistas e das populações, sobre a localização da nova Maternidade de Coimbra; Pedido do relatório anual de avaliação do “Estatuto do Direito de Oposição” de 2017; Agendamento da discussão de propostas várias, designadamente Candidatura a “*Capital Europeia da Juventude*”, *Candidatura a “Cidade Europeia do Desporto*”, *Candidatura a “Capital Europeia da Inovação*”; Proposta de criação de uma ampla Sala de Estudo para todos os estudantes aberta 24 horas por dia na Baixa da Cidade; Proposta de criação de uma incubadora de empresas na Baixa de Coimbra; Proposta de criação do Provedor da Juventude; Proposta de construção de piscinas fluviais no Mondego; Pedido dos relatórios anuais do Programa Municipal “Voz Amiga - Serviço de Teleassistência para Idosos”; Proposta de transmissão online das reuniões da Câmara; Pedido do Plano Municipal de Arborização; Pedido de agendamento de discussão sobre o Centro Escolar Cernache/Lameira e a escola de Casconha; Pedido de agendamento relativo à percentagem de Participação Variável no IRS para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra, que propusemos que fosse fixada em 4%, em função da rejeição por parte da Assembleia Municipal da proposta de 4,5% apresentada pelo executivo; Pedido de informações sobre a ausência de convocatória do jovem indicado pelo movimento Somos Coimbra para representante no Conselho Municipal da Juventude; Proposta de criação de Fundo de Sustentabilidade Urbanística; Pedido de agendamento da discussão das 50 medidas apresentadas pelos vereadores do SC na declaração de voto relativa às GOP e Orçamento de 2019;
- Terminou afirmando que eram apenas alguns exemplos de uma conduta de absoluto desrespeito pelos cidadãos que os tinham elegido e era aquele respeito que exigiam, o respeito que os eleitores mereciam e que a democracia exigia, eram aqueles os votos do Somos Coimbra para o Ano que ia começar.

### **Intervenção da deputada municipal Vera Martinho (CDU):** [\(áudio 33:38 a 36:15 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que estava pela primeira vez naquela Assembleia Municipal em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Cernache;
- Mais informou que, trazia àquela Assembleia Municipal quatro pontos, que consideravam importantes a sua resolução. Em primeiro lugar, congratular em nome do Executivo da sua Freguesia a vinda dos SMTUC àquela freguesia, mas era urgente aperfeiçoar as linhas e respectivas das paragens, assim como, a reposição das carreiras realizadas pela TRANSDEV, uma vez que, os utentes contestavam regularmente a supressão de linhas, designadamente a linha de Cernache/Coimbra, pela Pousada/Telhada bem como, reclamar algumas paragens e pontos de espera, sendo também urgente, que as linhas dos SMTUC viessem a abranger toda a freguesia; em segundo lugar chamava à atenção para a urgência da entrega dos projectos das obras protocoladas de 2018 e do corrente ano, dado que, se estava no final do ano e ainda havia obras de 2018 por fazer, bem como, todas as de 2019 obras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

essas, fundamentais para o bem estar e desenvolvimento de Cernache; em terceiro lugar, chamava à atenção para necessidade da repavimentação das estradas da freguesia, vias que estavam altamente degradadas, como era do conhecimento da Câmara Municipal e que voltavam a não estar contempladas no plano de tapetes municipais; em quarto lugar disse que o Executivo daquela Freguesia vinha alertando o Pelouro da Educação, para a degradação do sistema de aquecimento da Escola Básica da Feteira, que provocava transtornos aos alunos, docentes não docentes e que até à data nada tinha sido feito; lembrou que o Executivo de Cernache manifestava preocupação com futuro dos alunos e dos docentes da Escola Básica de Casconha, uma vez que era anunciado que o centro escolar não estaria a funcionar no próximo ano letivo, lembrando ainda, que a Escola de Vila Pouca estava ao abandono havia mais de uma década, apesar dos esforços e solicitações do presente Executivo dos anteriores, para que a mesma fosse usada em benefício da Junta de Freguesia, esperando que o mesmo não acontecesse com a Escola Básica de Casconha.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 36:49 a 41:38 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse ser ribatejano de origem, sabia o que significavam as cheias, porque tinha vivido à beira Tejo, tinha estudado numa região sísmica de Portugal, em Benavente, tinha trabalhado e contactado diariamente com as populações dos campos do Baixo Mondego e conhecia as margens do rio e seus afluentes;
- Disse que competia às pessoas e instituições adaptar-se à riqueza que constituía um bem, a água, desenvolver recursos e organizar infraestruturas para aproveitamento e não para destruição provocada pela enxurrada, criar as condições para minimizar riscos, danos e prejuízos, acudir a quem precisava em socorro e assistência, porque presentemente havia solidariedade individual e institucional, mas também era preciso aproveitar a tecnologia e respeitar a cultura das cheias, as potencialidades dos terrenos de aluvião e a localização das populações;
- Mais disse que a prevenção e o combate à tempestade "Elsa" e "Fabien", em Coimbra tinha sido um exemplo de coerência, de competência e de estratégia, prestados pela Câmara Municipal e pela Protecção Civil de Coimbra.
- Afirmou que o citado desassoreamento do leito do rio Mondego, a construção da ciclovia de Coimbra, a aquisição de novos autocarros 100% elétricos, a reabilitação energética do edificado municipal, a elaboração e execução do plano de arborização para a cidade, o projeto de Regulamento Municipal Coimbra Cidade Sustentável e incentivo à energia fotovoltaica para autoconsumo, a instalação de dispositivos de controlo e de redução da velocidade rodoviária e as medidas para a desmaterialização de processos administrativos, eram acções para que ninguém, tivesse vergonha de Coimbra como a sua cidade, valorizada e com futuro.

### **Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS):** [\(áudio 42:12 a 48:05 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que, mais um ano de governação socialista se aproximava do fim e, a triste constatação de que tinha sido mais um ano perdido para Coimbra, porque os anúncios solenes de investimento não se tinham concretizado e a única intervenção significativa feita não tinha resistido ao primeiro teste, referindo-se, ao desassoreamento do leito do Rio Mondego na frente ribeirinha da cidade, uma obra planeada para acabar com as cheias, como tinha sido afirmado pelo Primeiro Ministro e pelo Presidente da Câmara de Coimbra;
- Mais disse, que do muito que já se tinha escrito sobre as recentes cheias, destacava o comunicado da Ordem dos Engenheiros, segundo o qual o Empreendimento de Fins Múltiplos do Baixo Mondego não tinha sido concluído, não tinha sido monitorizado e não tinha sido devidamente gerido. Era certo que a responsabilidade, não era prioritariamente da Câmara de Coimbra. Era ao governo, através da Agência Portuguesa do Ambiente, que competia aquela responsabilidade primeira, mas porque o Município de Coimbra era parte interessada e os municípios mais ainda, aquela Assembleia precisava de ser esclarecida pelo Presidente da Câmara sobre os seguintes aspectos: Sabia ou não o que faltava fazer do Empreendimento de Fins Múltiplos do Baixo Mondego quando tinha anunciado e executado o desassoreamento? Tinha existido articulação entre a intervenção em Coimbra e outras no resto do leito do Rio Mondego? Quem tinha decidido e com que fundamento técnico e científico que as areias retiradas do espelho de água de Coimbra deviam ser depositadas a jusante? Tinha sido acautelado o





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

impacto de uma intervenção daquela natureza? Havia estudos, projectos ou relatórios técnicos que permitissem avaliar aquele impacto? Os fusíveis do dique do açude tinham funcionado? Accionaram as respectivas bombas? Garantia-lhes que aquelas bombas estavam operacionais e efectivamente instaladas;

- Disse terem para aprovação, o Orçamento do Município para 2020, terem para aprovação, ou não, orçamentos integrados no orçamento do município, que não lhes tinham sido facultados, como era, por exemplo, o caso do IParque e o CDS não deixaria de acompanhar o que se fazia por lá e pedir os devidos esclarecimentos quando necessário. Naquele sentido, e considerando que o IParque não tinha um plano estratégico conhecido, excluindo, o não explicado contrato com a Olympus, nada de novo tinha sido feito desde o final de 2011, os accionistas, entre os quais, a Câmara de Coimbra, não tinham feito reequilíbrio financeiro pelo menos desde 2013; estima-se que tivesse um prejuízo anual a rondar 400 mil euros; no orçamento de 2020, não havia valor para o reequilíbrio financeiro do IParque, solicitando ao Presidente da Câmara que os esclarecesse sobre: Como tinha sido feito, exactamente, o pagamento anunciado de uma dívida por 2.4 milhões e euros? Que banco emprestava dinheiro ao IParque com aquela administração incompetente e sem plano estratégico? Que valor total tinha sido recebido da Olympus? Como podia um parque daqueles, com aquelas condições, estar totalmente sem atividade? Qual era o plano para a zona habitacional? A Câmara Municipal tinha uma ideia para tudo aquilo, ou, na verdade, à imagem da administração que tinha nomeado, não tinha ideia de nada? Qual tinha sido o preço pago pela Olympus pelo lote 11, que era da aceleradora TESLA, para o qual o IParque tinha feito e pago os projetos de arquitetura e de especialidades e tinha tido, em tempos, financiamento QREN para o construir;
- Terminou afirmando, que o Executivo não podia continuar sem respostas, a adiar Coimbra, não podia continuar sem prestar contas, não se podia continuar a assistir, indiferentes, à desorçamentação em tudo o que se referia à dinâmica e à actividade empresarial que, extraordinária e inexplicavelmente, sofria um decréscimo de investimento em relação ao ano anterior de 81,20% e de residual em 2019, o desenvolvimento económico e apoio à actividade empresarial passaria, em 2020, a corresponder à importância que o Executivo lhe atribuía que era “nada”.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio 48:28 a 54:44 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que, aquele seria um dia em que, se deveria começar aquela Assembleia Municipal a ouvir o Presidente da Câmara, e, apesar de não ter proposto aquela alteração regimental, achava que não se podia cair na facilidade das “boas festas” e esquecer que, para muita gente, não tinha havido “boas festas”, em Coimbra, e por isso, entendia que, numa assembleia política, deveriam ouvir com a atenção aquilo que o Presidente da Câmara, numa situação excepcional de cheias, onde tinha havido prejuízos humanos e materiais relevantes na região da qual eram capital, afirmando que, sem “fulanismo” nem “pessoalisms” tinham que apresentar razões muito sérias e muito críticas e, o PSD, iria ouvi-lo com toda atenção pois entendiam que, naquele dia, a primeira palavra, deveria ser do Presidente da Câmara, nem que fosse para dar um abraço solidário a todas as populações atingidas pelas cheias;
- Passou de imediato a ler a proposta de recomendação sobre a APPACDM.

### ***Proposta de Recomendação de Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra***

#### ***APPACDM - 50 ANOS AO SERVIÇO DE COIMBRA***

*A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Coimbra é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) criada em 1969 com o objetivo de desenvolver serviços de apoio à pessoa com deficiência intelectual. Com sede em Coimbra, a instituição apoia mais de 1200 cidadãos com deficiência intelectual entre os concelhos de Arganil, Cantanhede, Montemor-o-Velho e Coimbra, contando com cerca de 300 profissionais altamente dedicados nos seus recursos humanos. Tem como principal missão "criar condições para que cada pessoa com deficiência mental (ou em situação de exclusão) possa atingir a sua plenitude como ser humano e social, potenciando a sua individualidade e consolidando a sua participação efetiva na sociedade".*

*Relativamente à sua visão, a APPACDM de Coimbra pretende "ser uma organização de referência nacional e internacional, dinâmica e dinamizadora, centrada na promoção da qualidade de vida da*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*peessoa com deficiência e incapacidades, em parceria ativa com agentes sociais, económicos, culturais e políticos. Garantir a sustentabilidade financeira, mediante uma gestão eficiente dos recursos e uma aposta crescente na inovação e no empreendedorismo social, valorizando as capacidades da pessoa com deficiência".*

*Sempre numa perspetiva evolutiva, dinâmica e inovadora, a APPACDM de Coimbra foi procurando melhorar continuamente os seus serviços, criando respostas ajustadas à necessidade e particularidade da pessoa atendida. Atualmente possui serviços e respostas que procuram materializar a sua missão nas diferentes especificidades da sua população alvo e ao longo do respectivo ciclo de vida, alinhados com a comunidade onde que está inserida, que incluem o apoio à infância (Creche e Jardim de Infância), apoio às escolas no processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente (Centro de Recursos para a Inclusão), serviços de habilitação, ocupacionais e socialmente úteis (CAO), serviços de informação e orientação profissional, formação profissional, apoio à procura e manutenção de emprego (Formação Profissional e Centro de Recursos ao IEF, IP), lares residenciais e apoio domiciliário, bem como Serviço de Apoio Temporário às Famílias (STAF).*

*Quanto aos serviços que presta, a instituição abrange áreas como a Hotelaria, Serviços, Ambiente e Saúde, também estes com o objetivo de responder às diversas e crescentes necessidades da população em geral: Centro de Férias — Quinta da Fonte Quente, Casa de Chá, Lavagem-Auto, Recolha de óleos Alimentares Usados, Manutenção de Espaços Verdes, ArgusRecycling, Centro de Medicina Física e de Reabilitação, Centro Integrado para o Desenvolvimento Intelectual (CIDI). Realçamos que a APPACDM de Coimbra detém a mais elevada pontuação europeia na certificação internacional EQUAS com o grau de "Excelência" nos serviços sociais que presta quotidianamente em Coimbra e na região da CIM Coimbra.*

*Deste modo, os Deputados Municipais abaixo-assinados, por ocasião do 50<sup>o</sup> aniversário da APPACDM de Coimbra e reconhecendo o excepcional contributo desta associação cívica e social, propõem para os devidos efeitos junto da Câmara Municipal de Coimbra:*

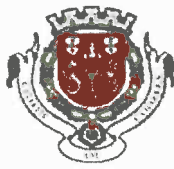
- 1. A atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Coimbra;*
- 2. A convocação de cerimónia solene evocativa da atribuição desta Medalha de Ouro aberta à população e, em especial, aos Pais e Amigos dos cidadãos com deficiência intelectual;*

### **Intervenção do deputado municipal Juvenal Sousa (PS):** [\(áudio 55:10 a 57:34 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que, numa perspetiva de continuar a afirmar Coimbra, como cidade empreendedora, criativa e inovadora, que o Executivo Camarário liderado por Manuel Machado, vinha levando a cabo um conjunto de reformas estruturantes assumidas no programa eleitoral do Partido Socialista "Valorizar Coimbra", que passavam pela; reabilitação urbana e paisagística; juventude e desporto; mobilidade inclusiva; Uma Cidade ambientalmente responsável;
- Disse que, aquilo vinha a propósito de nos últimos tempos e numa tentativa de afirmação política, os eleitos pelo movimento Somos Coimbra, vinham a tentar confundir os cidadãos com insinuações e outras manobras dilatórias, usando argumentos falaciosos junto das populações contra a Câmara de Coimbra, nomeadamente, publicando nas redes sociais, fotografias acompanhadas por textos ilusórios, de locais do concelho por onde diziam ter passado sem que aquilo correspondesse á realidade, assim como, as atitudes dos vereadores e deputados municipais do "Somos Coimbra", não visavam outro objetivo que não fosse o de comprometer a candidatura de "Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027";
- Terminou pedindo que, em nome da transparência, desafiasse o "Movimento Somos Coimbra" a substituir a sua denominação para "Somos Contra", dado que a sua estratégia era a de estar sempre contra tudo.

### **Intervenção da deputada municipal Carolina Patrício (PSD):** [\(áudio 57:57 da 1ª gravação a 01:40 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que, Portugal e os restantes estados da ONU, tinham formalizado, em 2015, a "Agenda 2030", definindo os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e discutido propostas de concretização daqueles objetivos no plano internacional e, a nível local, a afirmação daqueles



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

objectivos, passavam pela apropriação pelas comunidades, conhecendo, apoiando, divulgando e agindo e, deixando de passar aquela extraordinária oportunidade para fomentar uma comunidade mais próspera e coesa, a Câmara Municipal tinha escolhido não afinar aquela estratégia para cumprimento daquela agenda, quando outras já o tinham feito em Portugal;

- Disse que, ao longo de meses, o PSD tinha tido a oportunidade de encontrar pessoas por todo o concelho, não apenas num contexto formal, mas nos sítios onde viviam e trabalhavam, como era o caso de sem abrigos, pessoas idosas, crianças sem colocação em jardins de infância público, jovens altamente qualificados que tinham que emigrar, famílias que não conseguiam dar apoio aos seus idosos, por não haver rede apoio formal, especialistas, que não eram ouvidos quando poderiam ter soluções aos problemas estruturais da cidade, como a gestão do rio ou da rede de transportes, e sendo Coimbra, uma cidade com relevância histórica, mas passiva às forças actuais, que estavam a moldá-la, entre políticas do governo central, aumento da emigração, envelhecimento, instabilidade na economia, alterações climáticas, tecnologia a crescer a olhos vistos e no meio de tudo não sabiam aproveitar a posição estratégica de Coimbra, porque não era o centro entre o litoral e interior, o sul e o norte;
- Terminou afirmando que, era preciso trabalhar com inteligência colectiva e, considerando a “*Agenda 2030*” e os seus 17 objectivos, recomendavam à Câmara Municipal, que em 2020 promovesse um debate público sobre aqueles objectivos para que, Coimbra se tornasse num modelo de cidade global.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS):** [\(áudio 02:12 a 06:42 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que, o transporte público e as pessoas que vinham de carro para a cidade, comportavam diversos problemas na gestão de tráfego e na gestão dos recursos definidos de que dispunham. Conforme tinha sido defendido no Portugal Mobi Summit realizado, em Carcavelos, ter-se-ia de mudar o custo de capital de um carro, que seria o custo da sua compra e utilização para aquilo que era o custo da sua operacionalidade e mobilidade, ter-se-ia de criar uma alternativa que apelasse aos transportes públicos, eficientes nas cidades, mas o grande problema era que muitas das vezes não eram flexíveis.
- Mais informou que, o tema de Mobilidade do Mondego, cuja cabimentação orçamental para finalizar o projecto, estava prevista no Orçamento de Estado para 2020, urgia reorganizar e estruturar o transporte multimodal no centro urbano da cidade e a par do alargamento dos transportes dos SMTUC como serviço público municipal, deveria o Executivo Municipal manter o foco na promoção de melhoria de qualidade na cidade, garantido a proteção da zona histórica, reconhecida internacionalmente pela UNESCO, reduzindo a emissão de gases com efeito estufa bem como, a utilização de combustíveis fósseis, porque a responsabilidade a ambiental e social, era de todos, estando todos convocados para aquele desígnio;
- Terminou afirmando que, ao contrário do que afirmava a oposição, a governação de Manuel Machado tinha uma visão estratégica “a mobilidade urbana”, oferecendo alternativas para quem utilizava o transporte particular, como era o caso do Sistema de Mobilidade do Mondego, pois tinha implementado medidas no sentido de proporcionar melhores transportes, com estacionamento agregado, como era o caso da Ecovia, melhor mobilidade e melhores tarifários aos conimbricenses.

### **Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS):** [\(áudio 07:33 a 11:28 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Congratulou-se com a expressiva vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas no país, com especial realce para o concelho de Coimbra, onde tinha ganho, em todas as freguesias, sinal de confiança na governação do Partido Socialista com o apoio parlamentar à esquerda, fazendo votos que no presente orçamento e futuro do país, fosse colocado em primeiro lugar os portugueses e o desenvolvimento económico sustentado do território;
- Mais disse que, 45 anos depois do 25 de Abril, os transportes públicos chegavam ao sul do concelho, com 5 linhas novas, tinham sido criadas, pelo esforço enorme do Executivo da Câmara Municipal e dos SMTUC, que muito contribuíam para a descarbonização do ambiente, nomeadamente com a aquisição de mais 10 autocarros eléctricos, já adquiridos e mais 14 em fase de aquisição;
- Terminou afirmando que, em relação à Freguesia de Cernache, registava com imensa satisfação política as vantagens de um bom entendimento, entre o Executivo Municipal e o Executivo da Junta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Freguesia, como era disso exemplo, as obras de “*construção do muro da Rua da Fonte da Lapa*” que, após a análise técnica da Câmara Municipal, o projecto estava aprovado, com um orçamento de 55 mil €, ganhando assim, a população, através daquela importante parceria, que entre contratos interadministrativos e acordos de execução, totalizavam, em 2019, na Freguesia de Cernache, um proveito de cerca de 185 mil €.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 12:12 a 12:40 minutos – 2ª gravação\)](#)

→ Informou que o Partido Socialista saudava, e daria todo o seu reconhecimento votando favoravelmente, a Recomendação de “*Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra - APPACDM - 50 ANOS AO SERVIÇO DE COIMBRA*”, apresentada pela bancada do PSD.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 12:48 a 14:05 minutos – 2ª gravação\)](#)

→ Informou que a CDU se associava ao voto favorável daquela moção;

→ Mais informou que, havia alguns anos, o Conservatório de Música tinha tido um projecto fantástico de educação musical, destinado a 40 jovens e adultos com diversos graus de deficiência, tinha funcionado muito bem, com o apoio do Ministro do Trabalho, Dr. Vieira da Silva, mas quando entrou em funções o governo de Passos Coelho, do PSD, tinha-lhes sido proibido aquele projecto o que denotava que, o poder central, deveria estar atento àquilo que era o trabalho profundo daquelas instituições, como era o caso da APPACDM.

### ***Deliberação nº 68/2019***

A Assembleia Municipal deliberou, por *unanimidade*, sob proposta da bancada do PSD, datada de 26 de Dezembro, *aprovar*, a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de “*Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra à APPACDM pelos 50 anos ao serviço de Coimbra*”.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

## **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Intervenção do Presidente da Câmara**

Nos termos da alínea c), do nº 2, do artº 75º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal.

→ Começou por endereçar uma saudação a todos os que, naqueles dias excepcionais, que se estavam a viver, bem como, um agradecimento muito forte e significativos a todos os autarcas, trabalhadores municipais, da protecção civil, bombeiros Voluntários e Sapadores, exército, Segurança Publica, GNR e outros profissionais que tinham estado em actividade contínua na Bacia do Mondego;

→ Informou que, durante as 24 horas do dia 18 de Dezembro muitos se tinham voluntariado para ajudar, intervir e agir sobre a coordenação do responsável civil, que era o Presidente da Câmara, dos Vereadores das respectivas áreas e de todos os que o tinham acompanhado, não tinha regateado esforços, não se tinham poupado;

→ Disse que o Plano de Protecção Municipal tinha sido ativado nos termos das estabelecidas e daí poder-se-ia apurar que: se não tivesse tido o arrojo de realizar o desassoreamento do Rio Mondego teria sido uma situação catastrófica, as águas tinham atingido a magnitude de cerca 2,300m3 por segundo, no Açude Ponte; a monitorização do Rio Ceira e dois seus afluentes, era um afluente do Rio Mondego, servia uma bacia que era controlada na Pampilhosa da Serra, pelas barragens de Santa Luzia do Alto do Ceira e que, pela intensidade da chuva tinha entrado em dificuldade acrescida e, daí o alagamento do Cabouco;

→ Informou que várias vezes se tinha verificado, que após os incêndios, tinham sido arrastados inertes em quantidade enorme, árvores de tamanho enormes e que, graças à intervenção eficaz dos operacionais, que no terreno tinham posto mãos à obra;

→ Mais disse que, os diques fusíveis tinham funcionado, os diques de sifão não tinham disparado e os diques fusível da margem esquerda, felizmente, não tinham disparado, porque se assim fosse estar-se-ia perante uma catástrofe, portanto os dispositivos de alerta tinham todos funcionado, mas era evidente que tinham de ser supervisionados;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou a Assembleia Municipal que tinha sido feita um alerta para a recolha dos animais que se encontravam em risco no Canil Municipal e tinha tido uma boa adesão e muitos dos animais até tinham sido adoptados;
- Também o transporte de pessoas desalojadas, tinha sido excepcional, muitas estavam alojados na Casa dos Pobres que tinha disponibilizado as suas instalações para aquele efeito;
- Quanto à questão das areias depositadas, informou que serviam para colmatar o fundo do rio que tinha problemas que tinham de ser resolvidos;
- Disse que, felizmente as operações tinham corrido bem e, estava desencadeado pelo Ministério do Ambiente, as operações para a monitorização e solução dos problemas que ainda subsistiam, havia equipas no terreno e por isso, Coimbra, não tinha tido danos significativos;
- Disse que, a APA tinha ficado de apresentar soluções técnicas para resolver o comportamento da bacia do Ceira;
- Dirigiu-se ao deputado municipal Adelino Vilão informando-o que, relativamente ao alteamento do troço, entre a Ponte do Paço e entroncamento para Arzila, os técnicos tinham-no informado que, era problemático, porque criava um dique extraordinário, sobre o Paul de Arzila e, conseqüentemente, com efeitos perversos intensos, mas que iriam continuar a dialogar com a APA;
- Sobre as carreiras dos SMTUC disse que, estavam em teste até ao fim do 1º trimestre do ano, continuavam em monitorização de modo a ser aperfeiçoado;
- Terminou informando que, relativamente ao IParque, o reequilíbrio financeiro, por parte da Câmara Municipal, tinha sido feito nos termos da lei, havia sócios que ainda não tinha tido a oportunidade de pagar a reintegração dos prejuízos transitados, mas a administração tinha instruções para o requerer ou solicitar.

### **Grupos Políticos**

#### **Intervenção do deputado municipal Jorge Veloso (PS):** ([áudio 30:25 a 37:58 minutos –2ª gravação](#))

- Informou que a União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, tinha sido a mais atingida, porque, do Ribeiro que vinha de Antanho, as águas tinham galgado a margem esquerda, inundando a zona da EBI e Jardim de Infância de Ribeira Frades, habitações da Rua Pedro Rodrigues dos Santos, Santiago, Carregais e Geralda, devido à falta de manutenção do ribeiro, da responsabilidade dos confinantes, que era confrangedora, bem como a fiscalização do SEPNA que também era muito deficiente;
- Realçou a ajuda prestada pelos Bombeiros, Proteção Civil, funcionários da Junta de freguesia e populares que evitaram o pior, dado o grande volume de água;
- Deixou uma palavra também de agradecimento ao Vigor da Mocidade, EB 2,3 Inês de Castro e Casa dos Pobres, que em comunhão com entidades sociais e de proteção civil, tinham acolhido nas suas instalações algumas pessoas que estavam em perigo iminente de inundação.
- Reconheceu a eficaz coordenação dos trabalhos pelo Presidente da Câmara e pela Diretora da Proteção Civil, Eng. Ana Matias.
- Informou que tudo tinha decorrido pelo melhor, mas a inquietação e sobressalto das pessoas residentes na margem esquerda, tinha de uma vez por todas ser resolvida, já que o Rio Mondego tinha quatro descarregadores para a margem direita, que se fossem abertos, inundariam unicamente os campos agrícolas, mas superiores interesses permanecem e desde as cheias de 2001, a chamada cheia do século, continuavam com o mesmo problema;
- Chamou à atenção para uma situação que se vivia na Rua do Santiago, porque sempre que chovia muito, com a entrada de águas pluviais na conduta do saneamento, a ETAR de Ribeira de Frades bloqueava a entrada da água residual, com aquela a recuar e a levantar as caixas de visita, pondo em perigo quem circulava no referido arruamento, para além de conspurcar com esgotos, a zona envolvente, que prejudicava a saúde pública, questionou se não seria mais prático passar direto, sem tratamento, juntamente com águas pluviais e descarregar no rio, terminando informando que, com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

caudal apresentado pelo Mondego naqueles últimos dias, com certeza que, o atentado ambiental teria sido muito menor.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 38:22 a 43:30 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por fazer uma saudação muito especial aos que, em Coimbra e em Montemor-o-Velho tinham sofrido e estavam a sofrer, com as cheias dos últimos dias, bem como a todos aqueles que, tinham estado no terreno no apoio às populações;
- Disse, terem em mãos, tempos exigentes de grandes mudanças desde logo, perante o processo chamado “*descentralização*”, onde lhes eram conhecidos posições e contributos; tinha ainda fresco na memória, o tempo de ataque político ao papel das autarquias locais, associado a processos que as descredibilizavam dos autarcas no seu todo; viam com preocupação, os tempos que se aproximavam de atomização das competências do estado central, conjugada com repartição de competências com CCDR’s e Comunidades Intermunicipais, num mapa de responsabilidades políticas, que era desconhecido do cidadão comum, adiando todos os dias a concretização do comando constitucional da regionalização, sublinhando que, como muito agrado, tinha sido lema do “*XXIV Congresso Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses*”, presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra; era tempo em que, o Município assumia a acrescida responsabilidade a nível da mobilidade, num contexto de valorização dos SMTUC, que saudavam, mas era também tempo de protesto, pela ausência de medidas governativas de sustentação financeira, aos chamados efeitos das alterações climáticas; era também o momento em que, o discurso governativo politicamente correcto, contrastava com a inação, não ignorando que, os STMUC, eram um alvo apetecido;
- Informou que, faltava a Coimbra uma estratégia de valorização do pequeno e médio comércio tradicional e da riqueza economicamente e social, que se estava a perder, com a sua fragilização, importando analisar o lucro;
- Terminou afirmando que o ano novo estava a chegar, trazendo de novo no calendário novas vontades e estavam disponíveis para trabalhar e colaborar em todos os órgãos, que os munícipes lhes tinham dado acento e para com cada um, colaborar e desenvolver um Município e um concelho de bem viver.

### **Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC):** [\(áudio 43:51 a 46:15 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que havia pouco tempo o CpC tinha reunido com a Metro Mondego e a Infraestruturas de Portugal a fim de acompanhar o andamento do projeto de Mobilidade do Metro Mondego cujo início de funcionamento estava previsto para 2021, esperando que por aquela altura os munícipes de Coimbra tivessem uma nova gare ferroviária que não envergonhasse a cidade;
- Mais informou que da conversa havida com a Metro Mondego tinham retido com apreensão a informação de que da sua parte nada estava previsto para a construção de uma nova gare Rodoviária que funcionasse como interface junto da nova estação ferroviária, para fazer a ligação aos operadores de autocarros e, também lhes tido sido dito que a responsabilidade de tal construção, era da Câmara Municipal, mas como nas GOP nada estava previsto naquele sentido perguntavam se se ia continuar com aquela vergonha terceiro-mundista da gare da Av. Fernão de Magalhães;
- Terminou afirmando que valorizavam positivamente o investimento previsto para o Mercado D. Pedro V, porém, gostariam que tivesse sido trazido ao conhecimento daquela Assembleia o projeto de intervenção, para que todos pudessem ter uma melhor perceção do projeto, não só do ponto de vista arquitetónico, como também os objetivos programáticos do mesmo, porque aquele projeto era, talvez, a última oportunidade para revitalizar o Mercado D. Pedro V, que como era sabido tinha problemas sérios de vitalidade.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio 46:33 a 54:10 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que, tinha afirmado anteriormente que, devido à questão excepcional das cheias, o Presidente da Câmara deveria ter começado aquela Assembleia Municipal, mas, após a sua intervenção, entendia, que se tinha feito bem, terem começado por outros assuntos, porque de facto, era preciso na cidade de Coimbra tratar a política como se devia tratar, com respeito, com sentido construtivo e a favor da comunidade, mas chegava a ser patético, quando o Presidente da Câmara tinha afirmado na sua intervenção, que havia pessoas em Coimbra que desejavam que a desgraça fosse maior assim como, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

desassoreamento, que tinha chegado à Câmara Municipal, em 2013 e nada tinha sido feito, até 2016, embora estivesse pronto, pela Agência Portuguesa do Ambiente;

- Mais disse que em 2013, 100 cidades, em todo o mundo, se tinham juntado numa rede internacional chamada “*Rede das Cidades Resilientes*” que nada tinha ver, do ponto de vista de conceito, com as alterações climáticas, mas sim, com secas extremas, inundações extremas e, as cidades, teria que viver com isso e, a criação daquela rede, obrigou aquelas cidades a desenvolverem estratégias e boas práticas e a partilhá-las para que fossem implementadas. Em Coimbra, nada se tinha feito, apenas, Lisboa tinha repensando a cidade;
- Deu como exemplo, a cidade de Roterdão uma das cidades da referida rede, que tinha um parque que acolhia as águas, a Dinamarca, uma cidade pequenina, como Coimbra, que tinha feito zonas de alagamento, parques verdes, e quando as pessoas perguntavam, qual era a diferença, entre uma cidade europeia e Coimbra a resposta era que, o Presidente da Câmara Municipal não queria fazer nada, pois tinha levado 10 anos para fazer o desassoreamento;
- Terminou dizendo que davam o devido abraço a quem solidariamente se tinham apresentado e disponibilizado para ajudar pessoas e que era importante que o Presidente da Câmara tivesse começado aquela Assembleia Municipal dizendo “*um muito obrigado*” a todos aqueles que se tinham disponibilizado, como era o caso da Cruz Vermelha Portuguesa e de pessoas anónimas que, em época natalícia, se tinha entregue àquela causa, sem qualquer tipo de responsabilidade, pois tinham-no feito voluntariamente.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio54:22 a 57:47 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que, a descentralização era uma preocupação e era desafio, que tinha sido aceite pelo Município de Coimbra e não tinha sido aceite pela maioria dos municípios do país, a 1 de Janeiro 2020 e, sendo uma preocupação, era também uma responsabilidade e, sendo uma responsabilidade, era um combate ao imobilismo e aqueles combates deveriam ser travados;
- Disse que, a descentralização, poderia constituir uma mudança no paradigma da cidade ou dos representantes da cidade e por isso, existia em simultâneo a similitude do respeito pela política e não tinha pejo em dizer o nome de uma mulher, que tinha sido uma política, que se chamava Maria de Lurdes Pintassilgo e, aquele respeito não se construía através de enxovalho, palavras azedas e por vezes até, do insulto, não vendo que o pessoalismo resolvesse fosse o que fosse e também não via que houvesse confusão, entre estratégia quando se apontavam medidas concretas e paragonas, porque, as parangonas eram aquelas para quem tinha conveniência, para quem tinha o poder mas não era necessariamente o poder que, embora fosse legítimo, porque era democrático, era o poder da convicção;
- Terminou afirmando que se fizesse aquilo que ainda não se tinha feito.

### **Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS):** [\(áudio58:10 a 58:59 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Solicitou esclarecimento sobre se se iria aprovar ou não o orçamento do IParque para 2020, porque se por um lado, fazia parte integrante do orçamento, não lhes tinha sido entregue, havendo uma nota informando que não tinha sido entregue por não ter sido aprovado pelo Executivo e como era difícil aprovar ou não aquilo que desconheciam, perguntou se iriam deixar aquela parte por aprovar.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

- Esclareceu que os dinheiros transitados de uma Sociedade Anónima eram, depois de apuradas as contas, e após os accionistas fazerem a reintegração dos prejuízos apurados e transitados, anualmente, em cada ano económico em que operavam e, as contas do IParque, eram aprovadas pela respetiva Assembleia Geral, como nas outras sociedades e iriam à Assembleia, para aprovação, depois de serem aprovadas ou decididas na sua Assembleia Geral;
- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas informando-o que, em 2013, quando era vereador, a Câmara Municipal de Coimbra, sob sua proposta, tinha abandonado a “*Rede de Portuguesa de Municípios Saudáveis*” e, também, em 2013, tinha havido a possibilidade de ser lançado as “*Cidades Resilientes*”, mas também aí, o PSD, não o tinha feito;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Terminou informando que, a Cruz Vermelha Portuguesa assim como, todas as entidades que faziam parte do dispositivo da de protecção civil, tinham sido convocadas e tinham estado sempre presente aquando das cheias, tendo sido importantíssimo para que os prejuízos tivessem sido confinados. Sendo também verdade, que tinha havido alertas emitidos para pessoas que não tinham querido respeitá-los e os contactos dos presidentes das juntas tinham sido importantíssimos.

### **2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**

- **Delegação de competências municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia, através dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos;**
- **Mapa de Pessoal para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LPCA);**

### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC):** [\(áudio 03:44 a 06:31 minutos – 3ª gravação\)](#)

→ Dirigiu-se ao deputado do Partido Socialista que tinha sugerido a alteração do nome “*Somos Coimbra*” para “*Somos Contra*”, informando que, analisadas as actas do último ano do Executivo e da Assembleia verificavam que o “*Somos Coimbra*” tinha votado favoravelmente, 75% das deliberações daqueles órgãos, tinham -se abtido em 14% e tinham votado contra em 11%, assim sendo, ou a sua sugestão se devia a erro grosseiro ou era, antes mais, um exemplo do tom pouco elevado que há pouco havia censurado e que pouco cuidava da democracia;

→ Disse que se estava no penúltimo dia útil do ano a realizar a mais importante reunião da Assembleia Municipal onde se discutiam as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2020, quando ambos tinham sido aprovados pelo Executivo, nas circunstâncias de todos conhecidas, no final de Outubro, sendo aquela a melhor ilustração do desrespeito pela democracia que havia lamentado à pouco.

→ Terminou afirmando que “*Somos Contra*” aquelas GOP e aquele Orçamento e rejeitavam absolutamente aquela forma de governo do concelho, porque “*Somos A Favor de Coimbra*” e, em nome dos munícipes que representavam, exigiam mais respeito, o exacto respeito que em democracia o povo exigia aos representantes e era ao povo que dariam explicações.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

→ Informou que, a Mesa tinha cometido um erro, pedindo a compreensão e a desculpa do Presidente da Câmara por não lhe ter dado a palavra para apresentação daquele ponto, como era habitual.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

→ Disse que não havia necessidade de pedir desculpas porque era uma metodologia como outra qualquer e falaria no fim das intervenções de todos os deputados municipais, simplificando assim o trabalho de todos.

### **Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS):** [\(áudio 08:14 a 12:20 minutos – 3ª gravação\)](#)

→ Informou que, era sempre pertinente recordar que a atividade política deveria ser sustentável e, para tal, qualquer município tinha de ser bem gerido. Das finanças ao património, da cultura aos munícipes, tudo deveria ser objeto de uma gestão rigorosa, transparente e cuidada, não devendo haver desequilíbrios financeiros, nem actos de gestão menos claros ou desequilíbrios sociais, mas quando falavam de intervenção política e se propunham a governar uma cidade, apresentando as suas ideias e respectiva dotação orçamental, mostrando a todos o que davam mais ou menos prioridade, ditavam de certo modo, o futuro e, falar de futuro era falar de pessoas e da sua vida;

→ Disse que no CDS queriam uma Coimbra cosmopolita, uma Coimbra industrial, uma Coimbra com emprego, uma Coimbra saudável, criativa e eternamente apaixonada, queriam uma Coimbra que valorizasse o seu património e as suas gentes, queriam uma Coimbra que estivesse num patamar de referência nacional em áreas como o empreendedorismo, ensino, saúde, cultura e na mobilidade urbana;

→ Terminou afirmando que por tudo o exposto, e porque, no mínimo, fariam diferente do ali proposto pelo atual Executivo Camarário, a bancada do CDS iria votar contra aquela proposta de GOP e Orçamento para 2020, por não encontrarem respostas aos seus desejos para Coimbra.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC):** [\(áudio 12:42 a 36:12 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que, quanto ao CpC, aquele Plano e Orçamento, inseria-se numa linha de continuidade, marcada por uma certa opacidade e sinais contraditórios que refletiam uma falta de coerência e de estratégia global e o que procurariam demonstrar, analisando as propostas do Executivo em alguns dos eixos que consideravam centrais para o Município e para a qualidade de vida das pessoas;
- Disse que começando, por um dos principais problemas da cidade: a Habitação. Dir-se-ia que os objetivos programáticos referentes à Promoção da Habitação e à Reabilitação Urbana registavam aumentos orçamentais significativos. Assinalavam como positivo as dotações para reabilitação de alguns edifícios adquiridos pelo Município havia mais de 10 anos, bem como a requalificação de alguns bairros sociais camarários sublinhando, contudo, três aspetos: o primeiro prendia-se com o facto de, na sua maioria, se tratarem de projetos sucessivamente inscritos em sede de orçamento e sucessivamente adiados; o segundo aspeto, que nada de bom augurava, prendia-se com as baixas taxas de execução orçamental, que tinham sido marca notória daquele Executivo; a terceira nota crítica prendia-se com a falta de financiamento definido de que eram exemplos a requalificação do Bairro da Fonte do Castanheiro, sistematicamente adiada ou a recuperação de habitações no Bairro da Fonte da Talha.
- Mais disse que, a cidade carecia de políticas de reabilitação e requalificação urbana mais fortes e decididas. A Câmara Municipal tinha de intervir no mercado da habitação, de forma mais consistente e coerente, não só adquirindo terrenos a fim de promover a construção de habitação social, bem como expropriando e adquirindo edifícios degradados, reabilitando-os e colocando-os no mercado de arrendamento. A dotação de 90 mil euros para a aquisição de novos edifícios para habitação era ridiculamente baixa e contrastava com os 570 mil euros destinados a uma obra de repavimentação da Praça do Comércio que, além de desnecessária, podia configurar um atentado do ponto de vista patrimonial. Absurda e incompreensível era a verba inscrita em orçamento para obras coercivas, de apenas 6 148 euros, que desacreditava qualquer intenção séria de intervir junto de senhorios que deixavam degradar o seu património imobiliário, não lhe dando o uso social devido e contribuindo para situações de perigo. Para a demolição de imóveis degradados, bem como para aquisição de habitações para fins de realojamento, aquele orçamento nada previa, numa época em que, as condições climáticas fustigavam edificados e populações, criando potenciais emergências face às quais o Município não teria capacidade de resposta adequada;
- Relativamente à acessibilidades e vias estruturantes disse que se deparavam com a contradição entre, a afirmação de um discurso de defesa da valorização do Hospital dos Covões e a possibilidade de aí instalar a nova Maternidade, a ausência de investimento na construção de uma via estruturante entre Santa Clara e S. Martinho do Bispo, sendo que naquela área, era mais uma vez protelada a construção de uma ligação da circular externa ao Hospital Pediátrico, que não saia da fase de projeto;
- Quanto à descentralização e apoio às freguesias recordou o compromisso político assumido pelo Executivo, em Abril, de atingir o valor de 10% de transferências do orçamento total para as freguesias;
- Mais disse que tendo em conta a apresentação de significativos saldos financeiros, nos dois últimos anos, questionavam a atitude de relaxamento perante a recuperação das Piscinas de Celas, assim como o adiamento da construção do Centro Olímpico de Ginástica;
- Disse que, numa cidade que se queria Solidária e Humanista, não se compreendia bem, que a Estratégia de Apoio às pessoas, em situação de sem abrigo, atingisse pelo menos meia centena, e se resumisse aquela situação, a uma insignificante verba global de 12 mil euros;
- Relativamente a matéria de política cultural constatavam que para a candidatura de “Coimbra a Capital Europeia da Cultura” estava definida uma verba de um milhão de euros, para “Aquisição de serviços”, não dispondo de qualquer outra informação sobre as orientações estratégicas do Executivo naquela área, recordando que em Setembro de 2017, Presidente Manuel Machado, tinha anunciado a intenção de investir 100 milhões de Euros no âmbito da candidatura de “Coimbra a Capital Europeia da Cultura em 2027,” que se destinariam em grande medida para estimular a produção cultural e artística e, uma vez que o miolo da cidade já dispunha dos equipamentos culturais necessários haveria,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

lugar para apoiar a construção do “*Centro Cultural da Relvinha*”, bem como, o “*Centro Cívico do Planalto do Ingote*”, criando condições para alargar a oferta cultural e criar novos públicos;

- Mais disse que na área da educação não se vislumbrava qualquer intenção de investimento na ampliação da rede pública de jardins de infância e na criação de uma oferta pública de creches, condição essencial de apoio às famílias em especial aos jovens casais;
- Quanto aos SMTUC disse que, constituíam uma peça fundamental na área da mobilidade urbana, transportes coletivos e acessibilidades, valorizavam o esforço de renovação da sua frota com a aquisição de 14 viaturas elétricas, porém, soluções de mobilidade urbana mais amigas do ambiente e sustentáveis que reduzissem os impactos negativos sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas exigiam políticas articuladas e coerentes de transporte e mobilidade, que privilegiassem o transporte coletivo. como os parques de estacionamento periféricos da ECOVIA mas tal estratégia estava em contradição com as GOP, onde não se encontravam quaisquer projetos para novos parques de estacionamento periféricos, a não ser que se considerasse para o efeito, a irrisória verba de 100 mil euros para a reestruturação da rede de parques periféricos/ECOVIA.
- Terminou afirmando que, não vendo minimamente acolhidas as propostas que tinham apresentado para a elaboração do Orçamento, tinham várias e justificadas razões para votarem contra o documento das GOP.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 39:08 a 41:08 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que a CDU se considerava sempre do lado das soluções em todos os fóruns em que tomava assento. Eram avessos àquela postura política que recusava, por princípio, tudo aquilo que não lhe saía das mãos;
- Mais informou que consideravam também que não era a alternância que fazia boas políticas, porque só as boas práticas produziam boas políticas e, em quase 50 anos de democracia nunca tinham visto ninguém chegar ao poder com promessas de malfazer ao povo, mas já tinham visto fazer-se mal no dia a seguir a chegar ao poder, num jogo de inversão da verdade e dos factos, usando o que estava para trás como culpado de tudo o que estava para a frente e a história recente do país estava ali para demonstrar que era sempre possível governar de outro modo, e que havia sempre um modo de governar a favor dos que tinham na força de trabalho que vendiam a sua única fonte de rendimento;
- Disse que, fazia precisamente um ano, aquando da análise e discussão das GOP e do Orçamento para 2019, que tinham afirmado que as propostas em discussão traduziam diferenças relevantes em relação ao que defendiam em diversas áreas e a CDU tinha apresentado, então, e tornado público um conjunto de propostas concretas, que consideravam urgentes e exequíveis e em resposta, o Partido Socialista tinha reconhecido a validade, importância e exequibilidade de algumas propostas, assumindo o seu acolhimento, nomeadamente em aspetos como a previsão do reforço de pessoal e equipamentos, a aceleração da reabilitação do parque habitacional municipal, a melhoria das condições de mobilidade pedonal, em particular para os cidadãos portadores de deficiência, o início do processo de ampliação da rede dos SMTUC a todo o concelho, a implementação de novos sistemas de mobilidade e tinha sido ainda possível obter o compromisso de inclusão em orçamento de mais 1 milhão de euros a transferir para as Freguesias, com vista a atingir, até ao final do mandato, o objetivo de 10% do orçamento municipal em transferências;
- Informou que o voto da CDU de 2019 tinha aberto caminho a que, em sede de revisão orçamental, com o saldo de gerência, em Abril daquele ano, fossem revistos determinados e importantes aspetos das GOP, mas chegados a Abril, tinham verificado que muitas das propostas formuladas, mesmo as que apenas exigiam organização de serviços, execução e orientação política, tinham ficado sem concretização. Tinha ficado sem efeito a disponibilização às freguesias dos projetos para obras contratualizadas, a reversão do modelo de fornecimento das refeições escolares, a aquisição de equipamentos e maquinaria, a definição e execução de plano de mobilidade pedonal para todos, a reformulação e diversificação dos apoios às entidades e agentes culturais, entre outras e, o voto da CDU tinha sido então contrário à aprovação do orçamento retificativo;
- Mais informou que posteriormente tinha sido elaborado um documento denominado “*enquadramento e apresentação complementar*”, onde se tinha assumido: o compromisso de atingir o valor de 10% do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

orçamento até ao final do mandato, no que respeitava às transferências de verbas para as Freguesias; a dotação de meios técnicos e humanos para melhorar as taxas de execução dos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia; a apresentação de relatórios trimestrais daquela execução e de uma calendarização para a recuperação de desvios relativos a anos anteriores, durante o ano de 2019; a inversão do modelo de fornecimento das refeições escolares; a reversão da externalização de serviços, até ao final do mandato; o desenvolvimento de um plano de mobilidade sustentável que incluísse respostas adequadas às especificidades dos munícipes com mobilidade reduzida; o reforço de verbas na área cultura e, assumidos que tinham sido, por escrito e publicamente, aqueles compromissos pelo PS, a CDU, não tinha inviabilizado a aprovação da revisão orçamental, mas tinha deixado claro que estaria naturalmente atenta à sua execução;

- Mais disse que até àquela data, não tinha sido apresentado qualquer calendário de recuperação dos inaceitáveis desvios na execução das obras pelas freguesias, estando por fazer obras contratualizadas em 2017 e 2018, não tinha havido qualquer avanço digno de registo na taxa de execução dos contratos interadministrativos de 2019, nem tinham nota de qualquer acção no sentido de dotar os serviços dos meios técnicos e humanos necessários para garantir tal execução, as verbas orçamentadas como transferências para as freguesias continuavam inflacionadas pelas verbas não transferidas nos anos anteriores, mantendo-se abaixo do comprometido aumento, com manifesto prejuízo dos munícipes, não era perceptível qualquer trabalho realizado no sentido da inversão do modelo de fornecimento das refeições escolares e, não tinha sido dado nenhum passo na definição de um plano de mobilidade que incluísse respostas adequadas às especificidades dos munícipes com mobilidade reduzida;
- Terminou afirmando que a aprovação das GOP e do Orçamento não marcavam o início dos tempos, do mesmo modo que, a sua não aprovação, não traçava o seu final e, pelo exposto, o voto da CDU seria, naquela votação, um voto contrário à aprovação dos documentos, que lhes tinham sido apresentados.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 42:01 da 3ª gravação a 10:29 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2020 representavam 150,8 milhões euros, sendo a maior dotação para o exercício dos direitos humanos, através da função social do transporte público do programa de igualdade de oportunidades para a educação e do programa de promoção da habitação, reconstrução e renovação urbana;
- Destacou que, aquele Orçamento apresentava o maior pacote de investimento desde 2005, que tinha sido de 6 milhões em 2017 e de 11,5 milhões em 2018, aditando o elevado acréscimo orçamental destinado à educação e à saúde, por via da descentralização de competências, que incluía a receita de 24 milhões de Fundos Europeus e da Cooperação Técnica e Financeira, prevendo-se assim a obtenção de 118 milhões de receitas correntes, e cerca de 90 milhões de despesas correntes, estimando uma receita de capital de 33 milhões contra uma despesa de capital de 60 milhões;
- Mais informou que da receita, cerca de 54% era aplicada em funções sociais, que incluía o investimento em ensino, saúde, acção e habitação social, cultura, desporto, entre outros, além do custo social dos transportes que acrescia ao valor aplicado em funções sociais.
- Quanto aos objectivos por área, o planeamento, a reabilitação e a qualificação urbana disse que continuavam a ser as áreas de maior investimento, englobando a continuidade das requalificações previstas no PEDU e do POSEUR;
- Relativamente à coesão territorial e desenvolvimento socioeconómico teria 15 milhões de euros, sendo *reforçado* em 17%, quanto a 2019, e, estando ali integrados programas de apoio ao desenvolvimento económico e à *actividade empresarial*, dinamização e promoção *turística* e *acessibilidades*, *conservação e manutenção de vias*, onde se destacava a ligação da Circular Externa ao Hospital Pediátrico, o projecto de refuncionalização e requalificação do Mercado Municipal, a ciclovia de Coimbra, a obra de estabilização da margem direita do rio Mondego o apoio às Uniões e Juntas de Freguesia era de 7M, ao qual acresciam inúmeras dotações relativas a *obras assumidas directamente pela Câmara Municipal*, nomeadamente, intervenções em cemitérios e requalificação da Feira dos 7 e dos 23;
- Mais disse que a manutenção da política fiscal era outro destaque daquele orçamento, ao manter a taxa base do IMI dos prédios urbanos em 0,30%, o mínimo legal possível, não iriam ser aumentadas as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

tarifas domésticas da água e do saneamento, nem o tarifário dos transportes, mantendo-se assim a trajetória de redução do endividamento;

- Terminou concluindo que, comprovadamente, as GOP e o Orçamento 2020 apresentados eram estratégicos para a valorização do concelho de Coimbra, para a participação activa dos cidadãos como era exemplo o Orçamento Participativo, para o sucesso da descentralização de competências para a administração local e para a qualidade de vida das pessoas.

### **Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD):** [\(áudio 11:04 a 18:58 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que pela terceira vez no actual mandato autárquico era aquela Assembleia convidada a apreciar e votar as GOP e Orçamento para o ano de 2020 da Câmara Municipal e demais documentos conexos, tratando-se aparentemente de um exercício pouco ou nada estimulante e atractivo, tendo em conta a imensidão de números, tabelas, quadros e gráficos que inundavam, os documentos que eram colocados à sua disposição, adivinhando-se, que o Executivo Municipal de gestão Socialista queria contemplar os conimbricenses com um orçamento para 2020 que, dado o volume das verbas em causa, bem podiam classificar de "gordo", pois era traduzido num superabundante cheque de mais de 150 milhões de euros, que ascendia aos 178, em números redondos, se se incluísse o orçamento dos SMTUC;
- Recordou que o orçamento da Câmara Municipal para 2018 apresentava uma projeção de receitas de 106 milhões de euros, para 2019, de 100 milhões e, para 2020, de 150 milhões, todos por arredondamento, o que, numa primeira avaliação, aquele orçamento propendia a inculcar a ideia de que, finalmente, o Executivo Socialista pretendia dar um safanão no torpor de que o acusavam, projectando para o ano que avizinhava uma mudança substancial de formas de agir e um caudal abundante de realizações transformadoras da cidade e das suas freguesias;
- Disse que a desilusão, todavia, cedo tomava conta de todos, começando pela pomposamente apodada "*visão estratégica*", do punho do Presidente da Câmara, texto aquele que sistematicamente reproduzia, "*ipsis verbis*", frases ou ideias de textos de anos anteriores, mas, como, na maior parte dos casos, os objectivos, os programas e as ações nomeadamente, aqueles que eram estruturantes ficam na gaveta;
- Relativamente à receita, estampado no resumo económico para 2020 e em comparação com o orçamento para 2019, destacavam-se no orçamento, uma subida de quase 10 milhões de euros em transferências correntes, por via da descentralização de competências, e uma recolha provisional a mais de quase 26 milhões de euros na rubrica "*outras receitas correntes*" e o mesmo no capítulo das "*receitas de capital*", onde a rubrica "*outras receitas de capital*" se agigantava com uma choruda verba de mais de 7 milhões de euros, sendo que aquele acréscimo provisional de receita seria numa fatia considerável consumido em despesas de pessoal que pulavam de 2019 para 2020 em mais de 10 milhões de euros, uma variação de 44,03%, o que, a concretizar-se, faria do Município de Coimbra uma máquina administrativa gigantesca e tutelar que consumiria apreciáveis cabedais, retirando-os da actividade socioeconómica, e que o acréscimo de responsabilidades decorrentes da descentralização não justificaria por certo;
- Quanto à rubrica "*aquisição de bens e serviços*" disse que, se via contemplada com uma verba de mais de 40 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de mais de 15 milhões de euros com referência ao ano anterior, dotação justificada pelos agregados da alimentação escolar, alugueis de serviços de transportes, estudos, pareceres, projectos e consultadorias das GOP, etc.
- Disse que, porém, havia algumas zonas de sombra e de preocupante incerteza, nomeadamente, quando à previsão de receitas correntes, no que respeitava a indemnização por processos judiciais, que ascendia a 15 milhões de euros, acrescida da receita de quase 12 milhões, sem mais especificações, e, quanto às "*receitas de capital*", se previa um encaixe de mais de 7 milhões de euros em indemnizações, sendo legítimo perguntar se não seria fruta a mais? Por exemplo: os processos já tinham transitado? As garantias bancárias eram suscetíveis de execução? Que receitas "*diversas*" eram aquelas que somam 12 milhões de euros;
- Mais disse que como era sabido, o saldo de gerência que tinha transitado de 2018 para 2019, tinha sido de 35.783675,22€, subsistindo a dúvida se os valores citados, que ultrapassavam os 34 milhões de euros, não incorporaram já, naquele orçamento, o saldo de gerência para 2020;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que sobrava ainda a circunstância de o Executivo ter feito tábua rasa da quase totalidade das propostas apresentadas pelo PSD em sede do direito de audição da Oposição, como, por exemplo, a diminuição da despesa corrente em 10%, a construção do Anel da Pedrulha, do Centro de Saúde da Av. Fernão de Magalhães, a afectação de 10% das verbas orçamentadas aos orçamentos das freguesias, que viam contemplada uma verba de pouco mais de 4 milhões de euros, igual à do ano transacto, em claro desrespeito por deliberações daquela Assembleia Municipal;
- Terminou informando que pelas razões expostas, o Grupo Parlamentar do PSD votaria contra as GOP e o Orçamento da CMC para 2020 e demais documentos.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC):** [\(áudio19:27 a 22:21 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que, a zona sul, estava em festa, mas a zona norte, continuava sem transportes, considerando uma falta de respeito para com os socialistas que residiam naquela zona, porque todos eram cidadãos de Coimbra;
- Terminou informando que se todos os presentes trabalhassem com o seu intuito o orçamento já tinha chumbado no ano anterior.

### **Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS):** [\(áudio23:01 a 24:31 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que dada a extensão da “*Ordem de Trabalhos*” destacava, em nome do Partido Socialista, quatro pilares essenciais que eram: Cultura, Desporto, Juventude e Educação, pois as Grandes Opções do Plano mantinham a trajetória sustentável de investimento naquelas áreas, com mais de 22 milhões de Euros de orçamento entre elas, constituindo no total, mais de 20% do valor global do orçamento;
- Mais informou que aquelas quatro áreas eram essenciais para a identidade da cidade, para a integração dos jovens e para o fortalecimento do espírito associativo e de comunidade, porque muitos dos valores, muita da integração e muita da formação das novas gerações, dependiam daquelas matérias e da participação coletiva na nossa cidade, Coimbra era aliás, uma cidade com uma produção cultural assinalável, com atividade desportiva transversal a várias modalidades e era destaque nacional na sua oferta e na qualidade da educação, razão que os orgulhava, certamente, a todos;
- Terminou afirmando que, o Partido Socialista destacava o orçamento naquelas quatro áreas, já que, quando analisados os números oficiais, facilmente se percebia que a trajetória de investimento se mantinha, valorizando aquelas áreas pilares da cidade.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio24:47 a 31:00 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Pediu para assinalar, em nome da bancada do PSD, um elemento adicional por achar que, era importante, que todos refletissem uma vez que, estava entregue, na Assembleia da República, o Orçamento de Estado, tinha havido eleições legislativas, sendo por isso a altura de Coimbra, poder, com o Governo da República, desenvolver, para 2020, os projectos da Maternidade, do Aeroporto, da Fundação Cultural de Coimbra, do Edifício de Inovação de Eiras, do IParque, das escolas, das verbas para as freguesias, das transferências de competências, havia freguesias que já tinham aceite as transferências, mas não estava feito de modo a valorizar Coimbra e haver uma verba previsional, que permitisse o equilíbrio financeiro, quando havia impostos muito altos em Portugal, pois estava-se a bater nos 80% de despesa corrente, não se podendo considerar uma boa gestão quando havia, sendo aqueles elementos adicionais, que os motivava a votar contra.

### **Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS):** [\(áudio31:29 a 34:40 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que a bancada o Partido Socialista congratulava o Executivo pelas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Coimbra para 2020, porque aquele plano, representava a continuidade da concretização de um projeto político, que mais uma vez, em 2017 e em 2013, tinha merecido o reconhecimento dos coimbricenses, com especial destaque para, o investimento no apoio às famílias, na Ação Social e Transportes Escolares, refletindo assim um Município mais amigo dos seus cidadãos;
- Referiu duas áreas que eram fundamentais para a qualidade de vida da população: Ação Social e Educação. Na Ação Social destacou um largo conjunto de projectos e acções como: “*Autarquia Familiarmente Responsável*”; “*Cartão Social*”; “*Fundo Municipal Comissões Sociais de Freguesia*” e o “*Regulamento Municipal para Apoio Financeiro a Instituições*”, e, para projetos de cariz social o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“*Fundo Municipal de Emergência Social*”, para Apoio às ações, como a continuação da implementação da “*Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo*”, do “Centro Municipal de Integração Social”; “*Envelhecimento Activo e Saudável*” e do “*Serviço de Teleassistência para Idosos*”;

- Na Educação destacou um largo conjunto de projetos escolares como: auxílios económicos, manuais e material escolar;
- No plano dos investimentos em infraestruturas do pré-escolar e do ensino básico, evidenciou um conjunto de investimentos com destaque para o início do processo da construção do Centro Escolar de Cernache informando que, com aquele investimento, todas as Uniões de Freguesias do Município, passavam a ter uma oferta pré-escolar público, referindo também, a abertura para o ano letivo 2020/2021, de mais 3 salas de educação no pré-escolar, na malha urbana da cidade, que vinha a aumentar a oferta e reduzir o número de crianças, que anualmente não conseguiam colocação;
- Terminou afirmando que o voto favorável naquelas Grandes Opções do Plano e Orçamento traduzia as melhores escolhas e as melhores perspectivas para Coimbra.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

- Informou que, relativamente a algumas questões que ali tinham sido formuladas, gostaria de ter resposta directa para dar, mas, não sendo deputado na Assembleia da República, não era sua missão exemplificar;
- Disse que, aquelas Grandes Opções do Plano e Orçamento, tinham sido elaboradas e prontas em Outubro e, face ao ano político que se estava a viver, tinham sido feitas, sem pleno conhecimento do Orçamento de Estado, que estava entregue na Assembleia da Republica, e sobre o qual seriam ouvidos por aquela entidade no dia 16;
- Disse que o que podia informar era:
- *Centro de Saúde da Fernão de Magalhães* – dentro de dias seria adjudicada a empreitada de construção;
- *Maternidade* – continuava a defender que a solução para a Maternidade de Coimbra, era nos Covões, na Quinta dos Vales, mas o que o preocupava, não era apenas a questão do prédio ou dos prédios, mas também das equipas que seriam postas ao serviço daquele importante serviço de saúde;
- *Centro de Saúde de Taveiro* – disse que no âmbito da descentralização, era que, aquele fosse transferido para o edifício onde estava localizada a Casa da Criança de Taveiro, nos termos da Lei nº 50/2018;
- Informou que, o Projecto do Orçamento de Estado, entregue pelo Governo, na Assembleia da República, tinha dotação para o “*Sistema do Metro Mondego/Metro Mondego*” tendo por isso, dotação para que o mesmo se pudesse colocar em funcionamento;
- Mais disse que, continuaria a respeitar os direitos dos trabalhadores municipais, tendo assumido que o horário semanal daqueles trabalhadores, seriam de 35 horas semanais, tinham cumprido e conseguido ter um ganho muito importante, estava a proceder-se ao desenvolvimento dos concursos públicos para contratação de pessoal dirigentes e também, de renovação de quadros na Câmara Municipal de Coimbra, informando ainda que, se estavam a ter muitas dificuldades em recrutar pessoas para determinadas atividades profissionais, quer pelo grau de exigência que existia quer pela insuficiência de recursos profissionalmente preparados, para determinado tipo de actividades porque, o salário não compensava e as pessoas tinham-se dedicado a outras coisas e, os que existiam, eram idosos, com dificuldade de produção;
- Disse que, o que não poderia continuar a fazer era evitar que, empresas que ganhassem concursos públicos lançados pela Câmara Municipal, entrassem em insolvência como tinha acontecido com a Oparty Engenharia S.A./Construtora do Infantado – Sociedade de Construções, Lda., a quem tinha sido adjudicado a empreitada de estabilização dos muros da margem direita do Rio Mondego;
- Mais disse que, tinha assumido politicamente, com base em estudo técnico sustentável, era que não se deveria subir a factura da água para as famílias, bem como o preço dos transportes públicos sem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

prejuízo de estarem a ser estudadas articulações com outros operadores, estando a decorrer a aquisição de novos autocarros 100% eléctricos, valor que estava contemplado em 48% naquele orçamento, sendo o restante pago por Fundos; Também o Sistema Ecovia, onde uma grande parte estava a ser concursado assim como a transferências de competências para as freguesias, nos termos da lei da descentralização, afirmando que, tudo aquilo era viável se o orçamento fosse aprovado, porque, caso não fosse, ter-se-ia de governar o Município no regime de duodécimos, não lhe parecendo no entanto, ser uma boa solução, porque todas as operações novas que as GOP's tinham, deixavam de ter cabimento orçamental;

- *Liceu José Falcão* – Disse que ainda estavam em discussão os contratos a celebrar, no âmbito da educação, para lançar o concurso para projecto de arquitetura e quais eram os recursos humanos que eram transferíveis da administração central, para a administração local, quer na área da educação, quer na área da saúde, porque uma parte da despesa prevista com pessoal incluía aqueles efectivos, que se cada um estivesse de acordo, é que seriam transferidos do quadro da administração central para o quadro da administração local, também como os edifícios, que só seriam transferidos, mediante contracto, que teriam que ser aprovados depois de conhecer os termos e as formas de compensação financeiras correspondentes, explicadas na Lei nº 50 e detalhadamente esclarecida nos decretos-leis sectoriais;
- Relativamente às críticas das componentes repetidas nas GOP's informou que, havia acções que estavam repetidas porque não estavam realizadas e por isso tinham que estar repetidas de forma a realizá-las para valorizar Coimbra, como por exemplo a “*Requalificação do Bairro do Ingote*” que à época não era obrigatório a “*eficiência energética*”, a Rearborização, a Requalificação do Parque Manuel Braga, e para tudo se realizasse, tinham que constar nas GOP's, sendo que a estratégia, era clara e estavam a fazer aquilo que, estava por fazer e ao fazê-lo a valorizar Coimbra;
- Apelou a todos os deputados municipais para que, as GOP's fossem aprovadas, tinham procurado na sua elaboração, todo o rigor técnico, sendo hora de agradecer às equipas técnicas do Departamento Financeiro e dos demais departamentos municipais, que atempadamente, tinham dado os seus contributos, tinham permitido dar uma análise ponderada e fazer as escolhas acertadas e era aquilo que apresentavam à Assembleia Municipal;
- Terminou afirmando, estarem a chegar ao fim do ano, era necessário relançar com novo ano com dinâmica pedindo, que não “*pussem o pau na roda*” porque só iriam prejudicar os cidadãos, pedindo que, o não fizessem por ele, porque ele não desistiria de fazer o caminho, concretizando as acções fundamentais para que a cidade, o concelho e o país fossem prósperos, tal como, desejava a cada um dos presentes.

### ***Deliberação nº 69/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea a), e o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, da alínea b), do artigo 10º, do nº 2, do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações e, da Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro, por maioria de 26 votos contra, (8 - PSD; 6 - SC; 5 - CDU; 3 - CDS-PP; 2 - CpC; 1 - Dep. MPT e 1 Dep. PPM- independente), 24 votos a favor, (23 PSS; 1 - CDU) e 1 abstenção (PSD) e, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 29 de Outubro e 20 de Dezembro de 2019, *não aprovar*, as ***Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra, a Delegação de Competências Municipais nas Uniãos e Juntas de Freguesia, o Mapa de Pessoal para 2020 e a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;**

- **Mapa de Pessoal para 2020;**

### ***Deliberação nº 70/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou nos termos das alíneas a) e o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, da alínea b), do artigo 10º, do nº 2, do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações e da Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro e, sob



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

proposta da Câmara Municipal, datada do dia 29 de Outubro, *aprovar*, por *maioria*, de 30 votos a favor, 10 votos contra e 11 abstenções, as *Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2020*. Do mesmo modo, foi deliberado, *aprovar*, o *Mapa de Pessoal para 2020, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra*.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**4. Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) “Coimbra Santa Clara”,** nos termos previstos no art.º 13º, do R.J.R.U. – Dec. Lei nº 307/2009, de 23 de outubro;

**Intervenção da deputada municipal Ângela Correia (PS):** [\(áudio 58:00 da 4ª gravação a 02:32 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Informou que, era de louvar a iniciativa do atual Executivo liderado por Manuel Machado que tinha canalizado forças e recursos na reabilitação efetiva da margem esquerda, percebendo a importância do património histórico ali existente, realçando os objetivos que estavam subjacentes à “ARU- Coimbra SANTA Clara” e que consistia em: Valorizar o ambiente urbano nomeadamente a eficácia e sustentabilidade dos sistemas naturais no interior da área urbana; valorizar e articular o espaço público e promover a sua vertente multifuncional, incrementar a mobilidade pedonal numa rede multifuncional; melhorar a segurança e a limpeza no espaço público e promover soluções urbanas eco eficientes; Valorizar o património edificado; Diversificar e promover a oferta cultural, promovendo e salvaguardando a inscrição da área Património Mundial da UNESCO e consolidar a marca “Coimbra”; Desenvolver o turismo no que tocava a alargar e aumentar a outras valências a oferta hoteleira; Valorizar o património edificado numa ótica de exploração turística e promover o conhecimento da cidade e as atividades culturais e turísticas; Reforçar conexões e facilitar a mobilidade designadamente, valorizar os eixos urbanos estruturantes, reforçar as ligações entre margens do Mondego, promover um transporte público mais eficiente e ambientalmente sustentável, ordenar o estacionamento, fomentar a mobilidade suave, diminuir o impacto do tráfego automóvel; Valorizar a paisagem do ponto de vista ecológico, densificar a multifuncionalidade, potenciar a continuidade ecológica, em “Consolidar a Estrutura Ecológica Municipal”, através de uma abordagem que integrasse as diversas escalas complementares; Articular e valorizar os espaços verdes do centro urbano; Reforçar a centralidade do Mondego e articular as duas margens, dar continuidade à vertente naturalizada das intervenções na zona ribeirinha; Valorizar a qualidade cénica e salvaguardar as panorâmicas visuais cidade-rio e rio-cidade; Densificar a multifuncionalidade numa ótica de consolidar o modelo multifuncional; Valorizar a relação do edifício com o espaço público; Promover a requalificação do comércio; Promover a reabilitação do parque edificado, introduzir diferentes tipologias de habitação e promover a “*indústria criativa*” e potenciar os equipamentos existentes, querendo Coimbra, como uma nova metrópole, a cidade do conhecimento, a cidade do Mondego;

→ Terminou afirmando que, não podia deixar de salientar a visão do Presidente da Câmara Municipal, no esforço que tinha transmitido para que as obras de desassoreamento do Rio Mondego se realizassem em tempo oportuno, pois, com o aumento do caudal que se tinha verificada na semana anterior, o transbordo do Rio Mondego teria inundado a baixa de Coimbra, e não só, as duas margens, provocando danos ainda mais volumosos, não percebendo por isso, quem afirmasse que aquela obra, não era necessária para que aquelas situações não acontecessem.

**Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 03:01 a 07:34 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Disse ter ficado muito contente pela área do Choupal até à Lapa ser classificada e ter alguns melhoramentos, embora não soubesse o que se iria lá colocar, mas entendia que, antes de se fazer de novo, dever-se-ia cuidar do velho, como era o caso da Lapa, que estava muito degradada;

→ Terminou informando que tinha votado contra as Grandes Opções do Plano e do Orçamento porque entendia que, todas as freguesias, mereciam melhor atenção do Gabinete de Apoio às Freguesias, pois, a Câmara Municipal tinha mais de 300 mil euros em obras, não tinham projectos, nem obras, desde 2017 até àquela data.

**Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

→ Esclareceu todos os presentes que tinha sido chamado à atenção por um deputado da bancada do Partido Socialista, que tinha protestado por não ter tido a oportunidade de se pronunciar após ter





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

terminado a votação dos Pontos 2 e 3, afirmando que, tinha chamado à atenção de todos que ainda tinham tempo para intervir, o Partido Socialista tinha 3 minutos, e, como ninguém tinha pedido a palavra tinha dado a palavra ao Presidente da Câmara.

### ***Deliberação nº 71/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, em conformidade com o disposto no nº 1, do artigo 13º, do Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro do RJRU e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 9 de Dezembro, *aprovar*, por maioria, de 50 votos a favor e 1 abstenção, a ***delimitação urbana denominada "ARU - Coimbra Santa Clara***.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **5. Correção da deliberação da Câmara Municipal nº 1284/2019, Derrama do ano de 2019, a liquidar e cobrar em 2020;**

#### **Intervenção da deputada municipal Daniela Sequeira (SC):** [\(áudio 11:10 a 10:51 minutos –5ª gravação\)](#)

- Informou serem contra aquela governação, porque eram a favor de uma Coimbra, desenvolvida, que promovesse a criação de emprego, que estimulasse a criação e afixação de novas empresas e, por inerência, a dinamização do sector empresarial, defendiam um Município com uma política fiscal que promovesse o emprego jovem e que contribuísse para contrariar a tendência de desertificação e de perda contínua de jovens, particularmente concentrada na última década;
- Terminou afirmando que pelas razões expostas e em coerência com o sentido de voto inicial manteriam o voto contra.

#### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio 10:16 a 12:53 minutos –5ª gravação\)](#)

- Informou que o PSD manteria a sua votação, em relação àquela matéria, iriam abster-se naquela votação, embora gostassem de instar a Vereadora Regina Bento, sobre a derrama e naquilo que tinha com a fixação de novas empresas em Coimbra;
- Mais disse que, aquele dia, era um dia de especial humildade democrática, não tinham feito nenhuma declaração de voto após a votação do Ponto 2, mas todas as forças políticas ali presentes tinham, o direito de uma discussão conjunta sobre o orçamento e o plano para 2020, aliás, como tinha feito o Governo de modo a chegarem as boas práticas.

### ***Deliberação nº 72/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 9 de Dezembro, *aprovar*, por maioria, de 31 votos a favor, 7 votos contra e 11 abstenções, a ***correção da deliberação da Câmara Municipal nº 1284/2019 - Derrama, relativamente ao ano de 2019, a cobrar em 2020, o seguinte:***

- ***Lançamento de uma taxa de derrama 1,5% e a taxa reduzida de 0% (isenção) para sujeitos passivos com um volume de negócio inferior a 150.000 €.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **6. Revisão trienal do zonamento do Município, dos coeficientes de localização determinados em 2019, para aplicação a partir de 2020, nos termos do art.º 62º do Código do IMI;**

#### **Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS):** [\(áudio 15:15 a 16:25 minutos –5ª gravação\)](#)

- Informou que não queria perder a oportunidade de fazer uma crítica, pela dificuldade de encontrar fundamentação para aquela proposta e pela perda de oportunidade de se fazer uma adequação e um abaixamento dos coeficientes na matéria habitacional, que abrangia uma área que estava cada vez mais envelhecida e cada vez mais desertificada, que deveria ser estimulada;
- Terminou informando que, iria votar desfavoravelmente porque entendia que, aquela proposta não deveria manter os coeficientes do trieno anterior mas sim, baixá-los, naquela zona nobre da cidade, estimulando e captando a habitação, permitindo a vivência naquelas zonas de casais mais jovens.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ***Deliberação nº 73/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 25º, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 11 de Novembro, *aprovar*, por *maioria*, de 37 votos a favor, 4 votos contra e 9 abstenções, a ***Revisão trienal do zonamento do Município, dos coeficientes de localização determinados em 2019, para aplicação a partir de 2020, nos termos do art.º 62º do Código do IMI.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **7. Autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - Estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Parque Verde do Mondego;**

**Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** ([áudio 19:05 a 20:50 minutos -5ª gravação](#))

→ Informou saber que o processo relativo ao Parque Verde havia um processo litigioso em tribunal, conforme constava na informação do Presidente da Câmara, e sobre o qual não se queriam associar, porque envolvia uma disputa com a Câmara Municipal de Coimbra pelo facto de haver uma zona supostamente em “leito cheia” em que os privados não podiam ter um seguro, porque não cobria aquelas zonas, entendendo que aquela matéria deveria ser devidamente acautelada e, por aquele facto, não se sentiam confortáveis em votar favoravelmente;

→ Relativamente ao Mercado D. Pedro V disse, terem uma questão de fundo que gostariam de ver discutida, sobre o modelo de funcionamento do Mercado, porque se faziam concessões consecutivas e plurianuais, eternizando o modelo de gestão e achavam que estava na altura de saberem se era aquele modelo que se queria ou se evoluir para outra forma de gestão e por aquelas razões não poderiam votar favoravelmente.

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC):** ([áudio 21:03 a 21:50 minutos -5ª gravação](#))

→ Informou que, o CpC se iria abster naquela votação, na linha da sua intervenção anterior, pela simples razão, que achavam que seria sensato e aconselhável que tivesse vindo à Assembleia Municipal o projecto, mais concreto que lhes desse a perceção do que era que estava em causa, não só do ponto de vista arquitetónico como do ponto de vista programático.

### ***Deliberação nº 74/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25º, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 11 de Novembro, *aprovar* por *maioria*, de 35 votos a favor, 9 votos contra e 6 abstenções, a ***abertura de procedimentos com vista à exploração de espaços para estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Parque Verde do Mondego.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **7.1. Autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - Estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Mercado Municipal D. Pedro V;**

### ***Deliberação nº 75/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25º, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 25 de Novembro, *aprovar*, por *maioria*, de 35 votos a favor, 9 votos contra e 6 abstenções, a ***abertura de procedimentos com vista à exploração de espaços para estabelecimentos de restauração, bebidas ou afins sítios no Mercado Municipal D. Pedro V.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **8. Contrato interadministrativo para delegação de competências de linhas municipais - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.**

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC):** ([áudio 24:28 a 25:11 minutos -5ª gravação](#))

→ Informou que, a Câmara Municipal deveria, na negociação com a CIM, salvaguardar alguma equidade no serviço de transporte às populações, que não estavam abrangidas pelos SMTUC e não garantia a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

exclusividade de concessão às empresas extra SMTUC de modo a não obstaculizar a possibilidade de haver serviços municipais.

**Intervenção da deputada municipal Vera Martinho (CDU):** [\(áudio 25:46 a 26:13 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Informou que, relativamente ao Ponto 9, o Executivo da Junta de Freguesia de Cernache se congratulava com a concretização da obra de construção de muro e alargamento da via na Rua Fonte da Lapa - Casconha – Cernache, obra aquela, essencial para a segurança e bem-estar da população, salientado o esforço e o trabalho do seu executivo.

**Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS):** [\(áudio 26:34 a 27:03 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Relativamente ao ponto 9 informou que, o trabalho feito, quer com o Executivo da Freguesia de Cernache, quer com a colaboração técnica da Câmara Municipal, seria uma perda se aquele ponto não fosse aprovado, apelando por isso ao bom senso de todos.

**Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS):** [\(áudio 27:18 a 28:12 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Informou que, o 2º Secretário tinha na sua posse uma listagem que tinha sido entregue no início da sessão, com os nomes dos interventores e da respetiva bancada, devendo, por isso, segui-la rigorosamente e não ser abreviada, informando que por aquele motivo prescindia de fazer a sua intervenção.

**Intervenção do deputado municipal José Albino (SC):** [\(áudio 28:33 a 30:06 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Disse que relativamente ao ponto 8, o SC era contra aquela forma de governação, e eram contra porque eram a favor de Coimbra e porque defendiam que todos os seus municípios tivessem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, e por isso, não podiam aceitar que, pelo facto da zona norte da cidade não ser servida pelos SMTUC, os municípios ali residentes ou que ali se deslocassem tivessem que pagar mais por piores transportes e, no caso em concreto das duas linhas da zona nordeste, não podiam admitir que a Câmara Municipal de Coimbra, deixasse sobre a jurisdição da CIM, a criação dos títulos, bem como a fixação dos valores dos máximos dos preços, bem como a atualização dos próprios tarifários o que, do ponto de vista do SC, a Câmara Municipal deveria salvaguardar a equidade social e territorial.

**Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio 30:41 a 31:43 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Informou que, em relação ao ponto 8 pensavam que, existiam dois pesos e duas mediadas, pois havia duas autoridades de transportes no seio da CIM, a autoridade de transportes da mesma e autoridade dos transportes do Município de Coimbra, entendiam que, à semelhança da maioria das CIM's do país, deveria existir uma única autoridade de transportes e, o dado da zona norte do concelho era entendido fazer contratos com a CIM, que faziam os tarifários e os contractos de concessão com os particulares que entendiam e na zona sul fazia-se uma extensão dos SMTUC;

→ Terminou informando que, uma vez que, aquele modelo não estava suficientemente esclarecido e límpido e, até melhor definição daquela matéria, votariam contra.

**Deliberação nº 76/2019**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 25 de Novembro, *aprovar*, por maioria, de 29 votos a favor, 16 votos contra e 4 abstenções, a *celebração do contrato interadministrativo para delegação de competências parcial, respeitante às linhas municipais 110 (Castanheira São João do Campo) e 122 (Andorinha - São Silvestre) a estabelecer entre o Município de Coimbra e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros.*

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**9. Contrato interadministrativo de delegação de competências 2018 a 2021 - Alteração do valor da obra "Construção de muro e alargamento da via na Rua Fonte da Lapa - Casconha - Cernache;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ***Deliberação nº 77/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, nos termos da alínea l), artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 25 de Novembro, *aprovar*, por *unanimidade*, o *Contrato interadministrativo de delegação de competências 2018 a 2021 - Alteração do valor da obra "Construção de muro e alargamento da via na Rua Fonte da Lapa - Casconha - Cernache"*;

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **10. Autorização à Câmara para adquirir o prédio urbano sito no Largo do Poço, nºs 1 e 3, em Coimbra;**

#### **Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):** [\(áudio 34:54 a 37:50 minutos -5ª gravação\)](#)

→ Disse que, a aquisição pela Câmara Municipal daquele espaço urbano conhecido por “*Salão Brasil*”, em 2019, e, como todos sabiam, o investimento na cultura, também estava na valorização do património histórico e cultural e, desde 2013, a Câmara Municipal tinha apostado na valorização na memória das tradições e simultaneamente, tinha incentivado novas atitudes recreativas captando vários eventos de iniciativas, com tradição na cidade, que lhe dava maior visibilidade, mas porque uma política municipal de cultural não se cingia à distribuição de apoios financeiros, mantinha-se o investimento necessário nos espaços aculturais municipais e daí, ter o Município decidido, por unanimidade, exercer o direito de preferência para aquisição do edifício da Rua do Poço, que acolhia, desde 2012, o “*Jaz ao Centro Club*”, como todos tinham conhecimento e que poderia ser consultado na página da Câmara Municipal;

→ Terminou saudando aquela aquisição, dando-lhe nova vida e amplitude cultural.

#### **Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD):** [\(áudio 38:23 a 39:40 minutos -5ª gravação\)](#)

→ Informou que em nome da União das Freguesias de Coimbra congratulam-se pela compra daquele espaço, deixando, no entanto, um alerta, à Câmara Municipal de Coimbra e às Águas de Coimbra para outros prédios existentes na Baixa, com andaimes e sem utilização, apelando à Câmara Municipal para os colocar ao serviço dos munícipes que tanto precisavam.

#### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (PS):** [\(áudio 39:54 a 40:08 minutos -5ª gravação\)](#)

→ Disse serem a favor da aquisição do “*Salão Brasil*”, pois tinham sido o primeiro movimento a propor a sua aquisição, mas eram contra, a não aquisição do Hospital Real, na Praça Velha e contra a não aquisição do Edifício dos Bens de Rituais Judaicos na Rua Visconde da Luz, proposta que tinham feito e nunca tinha sido atendida pelo executivo.

#### **Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 40:34 a 40:56 minutos -5ª gravação\)](#)

→ Disse estar de acordo com a aquisição do espaço destinado à cultura do “*Salão Brasil*”, mas informou que tinha escrito uma carta ao Presidente da Câmara Municipal para aquisição de um armazém da EDP para Castelo de Viegas e não tinha obtido resposta.

### ***Deliberação nº 78/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 25 de Novembro, por *unanimidade*, autorizar, a *Câmara Municipal a adquirir o prédio urbano sito no Largo do Poço, nºs 1 e 3, em Coimbra.*

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **11. Procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia de 2º e 3º graus.**

#### ***Deliberação nº 79/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos do nº 1, do Artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 11 de Novembro, *aprovar*, por *maioria*, de 40 votos a favor e 10 abstenções, os *Procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia de 2º e 3º graus.*

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Declaração de voto da deputada municipal Rosa Isabel (PS):** [\(áudio 44:24 a 45:09 minutos –5ª gravação\)](#)

→ Informou que, se tinha acabado de aprovar a aquisição pela Câmara Municipal do prédio do Largo do Poço e se tinha reprovado o Orçamento de forma irresponsável, que iria limitar a acção da Câmara, demonstrando a irresponsabilidade daquela Assembleia Municipal.

### **12. Desvinculação da participação do Município de Coimbra da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico;**

#### **Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS):** [\(áudio 45:58 a 46:56 minutos –5ª gravação\)](#)

→ Disse que, tudo o que fosse desvinculação de um projecto em que a Câmara tinha entrado e sobretudo quando se trava de um Município que prezava tanto o seu Centro Histórico, que o tinha reconhecido mundialmente pela UNESCO, não compreendia os fundamentos ali apresentados como se, a ANMP fosse o substituto para uma Associação completamente diferente, entendendo que pelo contrário, não se dinamizava e não se participava com mais dinâmica naquela Associação Portuguesa dos Municípios.

#### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio 47:22 a 48:25 minutos –5ª gravação\)](#)

→ Informou que o PSD estava completamente de acordo com o exposto do deputado municipal Tiago Mariz, não viam, da fundamentação que lhes parecia completamente burocrática, qual o interesse em abandonar aquela associação e antes pelo contrário, entendiam sim, que se havia matéria para a melhorar e para torná-la mais eficiente e, sendo membros, teriam que o fazer, pois gostariam de estar dentro dos Municípios com Centro Histórico.

#### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 48:41 a 49:37 minutos –5ª gravação\)](#)

→ Disse que, o entendimento da CDU ia no sentido das anteriores, porque aquela Associação tinha tanto valor como a ANMP e não entendiam o porquê daquela desvinculação, afirmando que, pelo exposto, iriam votar contra.

### ***Deliberação nº 80/2019***

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, nos termos da alínea n), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 23 de Setembro, *não aprovar*, por maioria, de 23 votos contra, 20 votos a favor e 3 abstenções, a ***Desvinculação da participação do Município de Coimbra da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **13. Desafectação de uma parcela de terreno do domínio público municipal - Quinta da Bica Banhos Secos - Santa Clara;**

#### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 52:11 a 53:00 minutos –5ª gravação\)](#)

→ Dirigiu-se à Mesa, na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, como membro responsável da mesma, interpellando-o se o regime de substituição de deputados municipais, para aquela sessão, se se tinha processado no integral cumprimento do regimento daquela Assembleia Municipal ou se, ainda seria objecto de qualquer verificação, que não fosse extemporâneo da parte da Mesa.

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

→ Informou que o regimento naquela matéria, era pouco claro e, uma coisa, era o regimento e, outra coisa, era a prática, desde há duas legislaturas atrás até àquela data, esclarecendo que, o regimento dizia que, 24 horas antes da realização da sessão, os deputados que por qualquer motivo não pudessem comparecer, pediam, por escrito, que fossem empossados pelo deputado substituto, imediatamente a seguir na lista dos precedentes, tantos quantos fossem necessário até ser encontrado o substituto, era aquele o procedimento comum e normal.

→ Mais disse que, desde a ultima legislatura até à data, todos os partidos usavam a prática tradicional debatida e acordada em sede de Conferência de Líderes que, quando aquele procedimento não se pudesse realizar no prazo das 24 horas regimentais e para que, não se prejudicasse a verdade material da composição daquela Assembleia, a Mesa, aceitava que, sob responsabilidade e compromisso de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

honra do Líder da bancada, onde falta um deputado, que fosse entregue em documento próprio ao Presidente, o pedido de substituição;

- Mais informou que, o regimento não previa aquela possibilidade, jogava-se com a palavra de honra do líder de bancada e, estava nas mãos da Assembleia Municipal, modificar o regimento, e explicitar, colocando aquilo no texto ou aceitar aquilo que vinha sendo feito até à data e, tinha sido aquilo que tinha acontecido naquela sessão, afirmando que, tinha a certeza que tudo tinha sido feito nos termos que eram usuais, sempre tinha feito, não tinha qualquer tipo de discriminação, sendo uma prática tradicional, que vinha beneficiando todos os grupos parlamentares.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 59:20 da 5ª gravação a 02:02 minutos –6ª gravação\)](#)

- Informou que agradecia as informações do Presidente da Assembleia Municipal, não pondo em causas suas palavras, mas como não conhecia as actas das reuniões das Conferências de Líderes, entendia que o assunto deveria ser melhor explicitado, porque o Partido Socialista iriam abordar as questões metodológicas que o Presidente da Assembleia tinha informado como possíveis e não necessariamente obrigatórias, assim como a questão da avaliação de parecer à Comissão dos Assuntos Jurídicos por para além de terem recebido o mandato tinham também o direito de exporem opiniões relativamente a qualquer assunto do seu âmbito que posteriormente o Presidente da Assembleia a consideraria se deviam ser integrados ou não no âmbito de uma discussão;
- Terminou informando, que o Partido Socialista iria apreciar aquele assunto, por modo próprio, e se achasse por bem, transmitiria ao Presidente da Assembleia Municipal, que se assim o entendesse, transmitiria a todos os deputados municipais e à Conferência de Líderes dando assim a sua continuidade.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Agradeceu ao deputado municipal Hernâni Caniço a possibilidade que tinha dado à Mesa de se pronunciar sobre aquele assunto informando que, no quadro dos poderes do Presidente, ir-se-ia formular o pedido para que, aquela questão fosse integrada no próprio regimento porque lhe iria facilitar a vida;
- Informou ainda que se sentia sempre muito desconfortável quando algum partido político, e todos o faziam, não havia excepções, lhe fazia um pedido de substituição baseado em “palavra de honra”. Aquela situação tinha sido discutida em sede de regimento e tinha sido decidido que não se deveria colocar aquilo, tendo ficando como reconhecimento de uma prática reintegrada, que era legal e com o qual concordava mas entendia que qualquer grupo tinha o direito de achar que aquela prática não era correcta, que fosse alterada e que fosse transformada numa norma vinculativa, fechada e apertada do regimento e então ter-se-ia um novo parlamento, não se saberia quando tinha quórum, não saberia qual seria a sua composição efectiva se se fosse levar com o rigor de toda a estreiteza do regimento;
- Terminou informando, que estava muito tranquilo, quanto aquela prática, afirmando que, o que não faria de modo diferente, era quando o critério lhe era benéfico ou não.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 05:28 a 06:12 minutos –6ª gravação\)](#)

- Informou que considerava que os trabalhos ao longo daquele mandato e do anterior tinha sido sempre exemplar, estando todos perante o público e a comunicação social, e considerando que, relativamente às substituições, nunca tinha posto em causa a democraticidade daquela Assembleia Municipal, afirmando que a sua condução tinha sido sempre correcta e, se houvessem questões que precisassem de acertos, que fossem acertadas.

### **Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD):** [\(áudio 06:27 a 07:01 minutos –6ª gravação\)](#)

- Informou que tinham encontrado um Partido Socialista com azedume e se aquele grupo entendia que, o Presidente da Assembleia não tinha actuado bem, que apresentasse um voto de protesto ou de censura.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

- Informou o deputado municipal Francisco Rodeiro, que se soubesse que o seu partido lhe iria fazer aquilo, não teriam tempo de o fazer porque, sairia primeiro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC):** [\(áudio 07:40 a 07:45 minutos –6ª gravação\)](#)

→ Informo que já tinham tido orçamentos aprovados, exactamente com as mesmas regras.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

→ Informou que, ficava a ideia, que aquele assunto teria de ser levado à Conferência de Líderes, que teria de fazer uma proposta concreta, à Assembleia Municipal de modo a clarificar aquele ponto, dando daquela forma alguma segurança à Mesa, sobre o juízo e a validade “*das palavras de honra*”, passando, eventualmente, pela Comissão de Assuntos Jurídicos.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 08:30 a 09:39 minutos –6ª gravação\)](#)

→ Informou que, obviamente, não havia na sua intervenção, qualquer tipo de desconsideração, em relação a ninguém e, em especial, ao Presidente da Assembleia Municipal, porque a sua intervenção tinha sido feita com todo o respeito e de um modo reflexivo.

### **Deliberação nº 81/2019**

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, nos termos da alínea q), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 25 de Novembro, *aprovar*, por *unanimidade*, a ***Desafecção de uma parcela de terreno do domínio público municipal - Quinta da Bica - Banhos Secos - Santa Clara.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **14. Liquidação da Sociedade “WRC - Web para a Região Centro, ADR. EIM, SA” - Conhecimento;**

*Tomado conhecimento.*

### **15. Posição económica e financeira dos SMTUC em 30/06/2019 - Parecer do auditor externo - Conhecimento;**

*Tomado conhecimento.*

### **16. Relatório Económico-financeiro da Águas de Coimbra, E.M. - 2019 -1º Semestre - Conhecimento;**

*Tomado conhecimento.*

### **17. Fiscal Único da Águas de Coimbra, E.M - Conhecimento.**

*Tomado conhecimento.*

### **18. Proposta de Geminação/Coimbra, Narni, Itália.**

### **Deliberação nº 82/2019**

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, nos termos da alínea t), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 20 de Dezembro, *aprovar*, por *unanimidade*, a ***Geminação/Coimbra - Narni, Itália.***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **19. Concessão do uso privativo do domínio público do Município de Coimbra para instalação do mobiliário urbano - Rectificação das peças do procedimento**

### **Deliberação nº 83/2019**

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, nos termos da alínea p), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 20 de Dezembro, *aprovar*, por *unanimidade*, a ***Concessão do uso privativo do domínio público do Município de Coimbra para instalação do mobiliário urbano - Rectificação das peças do procedimento, no novo valor base de licitação de 258.098,00€ anuais ao qual acresce IVA à taxa legal, totalizando o contrato o valor global de 3.871.470,00€ ao qual acresce IVA à taxa legal***

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **20. Projecto das actas: nº 1/2019 de 31/01/2019, (extraordinária); nº 1 de 27/03/2019 e nº 2 de 29/04/2019.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal, sob proposta do Presidente da Assembleia, deliberou por *unanimidade*, a aprovação das *actas: nº 1/2019 de 31/01/2019, (extraordinária); nº 1 de 27/03/2019 e nº 2 de 29/04/2019.*

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.